

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
6800007/2002 - DR/SC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita

Lauro Maeda

Parlamento inaugura novos espaços



O auditório Antonieta de Barros, com capacidade para receber 487 pessoas, está entre as obras que serão inauguradas no dia 12

Página 6

Executivo envia explicações sobre o Orçamento de 2007

Um documento com 1.700 páginas, contendo a relação de obras, programas e ações, com os respectivos recursos e suas fontes, foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação pelo governo na última quarta-feira, dia 6.

Os dados foram remetidos em resposta à solicitação feita pelo relator do planejamento orçamentário estadual para o próximo ano, deputado Dionei

Walter da Silva (PT). O parlamentar submeteria à apreciação da Comissão naquele dia o seu parecer final à proposta que projeta R\$ 9,5 bilhões em receitas e despesas do Estado para 2007.

A apresentação do relatório de Dionei foi transferida para o dia 13. Há duas semanas, representantes do governo participaram de audiência pública que discutiu recursos para as áreas de saneamento e habitação.

Alberto Neves



Documento chegou à Comissão de Finanças no dia 6

Página 9

Divulgação Weg

Solon Soares

SESSÕES SOLENES

Doadores de sangue e povo palestino são homenageados pela Assembléia

Página 3

Projeto estabelece controle da população de cães e gatos

Página 10



Caderno especial SANTA CATARINA: OS DESAFIOS DA ECONOMIA

OPINIÃO

Conquistas e responsabilidades

A bancada do PMDB conquistou, este ano, um respeitável índice de aprovação nas urnas, terá um significativo aumento do número de parlamentares na próxima legislatura e, certamente, grande responsabilidade com a produção da Assembléia Legislativa no próximo quadriênio. O resultado eleitoral, ampliado pelo desempenho dos nossos candidatos à Câmara dos Deputados, à vitória do senador de nossa coligação e a consagração inédita representada na reeleição do governador Luiz Henrique ampliam o balanço positivo de 2006.

Tais resultados remetem a uma máxima de Saint-Exupéry, contida em "O Pequeno Príncipe", segundo a qual somos responsáveis por aquilo que conquistamos. Pois, transpondo-a para a realidade política catarinense, é evidente que a confiança depositada pelo eleitorado implica também numa responsabilidade ainda maior, já que com o voto de cada eleitor está implícita a esperança de dias

melhores.

Todos os 54.845 eleitores que me confiaram seus votos, certamente acreditam que minha ação como agente político poderá ser transformada em resultados para a sociedade. Tenho presente esta noção das expectativas das pessoas. Neste sentido, pude constatar que muitos dos eleitores acreditavam na possibilidade de, ao me reeleger para o terceiro mandato, fosse retomar uma função executiva. Especialmente no segmento da agricultura, muitos colegas e amigos do tempo em que atuei como agrônomo extensionista e pesquisador, ou em funções de confiança como a presidência da Epagri, almejavam minha participação no governo, numa importante pasta como a da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Tenho repetido que sou o parceiro de sempre, ligado à agricultura, e intransigente defensor dos servidores públicos que fizeram e fazem a louvável história da pesqui-

sa, da extensão rural e prestação de serviços. Por isso mesmo, acredito num futuro melhor para todos, em especial para os produtores rurais.

Nosso governo é fruto de uma coligação, o que representa um compartilhamento de espaços. Por isso temos que ter clara a necessidade de dividir, ceder e confiar. E este é o caso da Agricultura, pasta conferida ao colega de parlamento Antônio Ceron, líder do PFL, um deputado íntegro, homem de bem e de idéias, sábio em tomadas de decisão, talhado no exercício do diálogo e na arte de escutar. Por todas suas qualidades, serei sempre um parceiro de sua gestão à frente de uma área estratégica para o desenvolvimento catarinense. Certo que minha contribuição, neste Legislativo e em todas as esferas de atuação a que se estenderem o mandato, poderão somar forças por toda Santa Catarina.

Deputado Rogério "Peninha" Mendonça (líder do PMDB)

Comunicação com ética

As alucinantes mudanças da atividade humana, considerados todos os seus contextos, exigem de nós muito exercício de futurologia, prerrogativa antes exercida pelas ciganas e cartomantes. Mesmo sem turbante e sem bola de cristal, precisamos vislumbrar as tendências sociais, econômicas e políticas para que não tropeçemos em uma avalanche de surpresas, inviabilizando nossas vidas.

A velocidade das mudanças, as grandes transformações que estão ocorrendo, exigem dos profissionais de qualquer área, especialmente dos profissionais da comunicação, constante aperfeiçoamento e atualização. Agora, todos os dias, não são apenas novos dias, são sempre novos cenários em que as exigências éticas são cada vez mais freqüentes e fortes.

É preciso estar atualizado, produzir a comunicação de acordo com o momento, com as necessidades em voga. Vivemos os tempos da desconstrução, da reengenharia social, da ética vista sob nova ótica. No mundo da ética, envolta no tripé cultura, história e natureza humana, cada vez mais é imperativa a ética da solidariedade, em que possamos abrir espaço para o outro e para a natureza. Quem trabalha com a comunicação também trabalha com os sonhos das pessoas. E por isso, a ética exige atenção para aspectos como: compartilhar experiências, manter a mente aberta "pois a mente que se abre para uma nova idéia jamais volta ao seu tamanho original" (Einstein), aceitar a pluralidade cultural e estilos diferentes.

A ética na comunicação, por-

tanto, se traduz numa permanente busca, no conhecimento das realidades, no desenvolvimento das confianças, no trabalho em equipe, na construção dos relacionamentos, na formação das amizades. Cada gesto que praticamos interfere na vida do outro.

Timidamente, o mundo começa a despertar para a ética. Em função da consciência e responsabilidade social surgem alternativas e o resgate de valores - a verdade da vida e da natureza, o reconhecimento do verdadeiro sentido do coletivo, do que é bem público - um resgate das identidades humanas. E a comunicação, fundamental na vida das pessoas, precisa acompanhar esse movimento à altura.

Deputado Celestino Secco (líder do PP)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do AL Notícias

Carlos Kilian



Garcia: "Relações entre os dois estados podem ser ampliadas"

Delegação chinesa visita Legislativo

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), recebeu no dia 4, a visita da delegação de deputados e empresários da província chinesa de Henan, chefiada pelo vice-presidente do Comitê Permanente do Congresso Popular, Li Zhongyang.

A delegação veio ao Estado com a intenção de estreitar relações comerciais no setor agrícola e encontrou-se, na mesma tarde, com secretário de Estado da Agricultura, Alfredo Felipe da Luz Sobrinho, e com governador Eduardo Pinho Moreira (PMDB).

Atualmente, a província de

Henan é a maior produtora de trigo da China, mas também produz milho, soja e carvão, entre outras culturas, o que lhe rendeu a 10ª posição no ranking da produção agrícola chinesa. "Nossos estados estão se desenvolvendo juntos e por isso ficamos felizes", comemorou o vice-presidente.

A semelhança climática entre a província chinesa e Santa Catarina, salientou o deputado Julio Garcia, torna as relações comerciais e culturais ainda mais propícias. "Também somos produtores de carvão, pois a maior reserva de carvão do Brasil está em Santa Catarina", lembrou.

[AGENDA]

- **11 de dezembro, 9 horas:** Abertura da exposição de trabalhos manuais natalinos confeccionados pela Companhia da Arte Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- **12 de dezembro, 17 horas:** Inauguração do Auditório Antonieta de Barros e do Espaço Cultural Jerônimo Coelho Local: Assembléia Legislativa
- **14 de dezembro, 19 horas:** Sessão solene de outorga de título de Cidadão Catarinense a Ireneo José Matte e Victorino Biaggio Zolet Local: Plenário e hall

Mesa

AL NOTÍCIAS

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mayara F. de Freitas, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Ana Paula da Silva Lopes, Bruna Luzia Vieira, Fabiano Vanderlei Rosa, Gabriel Faraco, Luciana Bez Lopes, Robson Barbosa, Robson Ribas e Viviane Olga da Fonseca

INSTITUCIONAL

Doadores de sangue são homenageados em Canoinhas

Sessão aconteceu no dia 25, Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue e aniversário da Associação de Doadores

Rose Mary Paz Padilha

A Assembléia Legislativa prestou homenagem a 47 doadores em sessão solene realizada em Canoinhas, no dia 25 - Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue e aniversário de 15 anos da Associação dos Doadores de Sangue da Região de Canoinhas (Adosarec).

A solenidade realizada na Sociedade Beneficente Operária foi solicitada pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB). "Esta é uma data muito importante para Canoinhas e região, onde reconhecemos o gesto dos doadores de sangue, que é de solidariedade, de salvar vidas", destacou.

Entre os doadores, histórias de vida surpreendentes, como a de João Maria Ferreira, que há cerca de quatro anos sofreu um acidente que o deixou em coma durante meses e o colocou numa cadeira de rodas. Depois do coma, foi informado pelo médico de que poderia precisar de sangue numa cirurgia. João Maria sabia que se recebesse sangue não poderia mais ser doador. "Pedi a Deus que eu não precisasse do sangue e meu pedido foi atendi-

do", falou com emoção.

O presidente de honra da Adosarec, Oreste Golanovski, 67 anos, que tem o título de maior doador do mundo, com 186 doações, lembrou das dificuldades enfrentadas pela entidade no início dos trabalhos. Uma delas era a falta de um refrigerador no banco de sangue para armazenar o material coletado. "Ainda continuamos enfrentando dificuldades, tendo que mendigar ajuda para



Oreste: maior doador de sangue



Durante o evento, a Associação pediu apoio dos municípios da região para se adequar às exigências da Anvisa

custear gastos com combustível, por exemplo, quando levamos um doador para outra cidade ou estado", observou. Oreste lamentou o fechamento do Banco de Sangue de Canoinhas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que alegou problemas no espaço físico. "Isso já está resolvido. Dependemos

agora do empenho dos municípios da região para ratear o pagamento das enfermeiras do banco de sangue", reivindicou.

O relações públicas da Adosarec e presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Silmar Golanovski, lembrou que alguns doadores, nesses 15 anos de existência da Associação, já chegaram

a percorrer até 45 quilômetros de bicicleta para fazer a doação.

De acordo com a Associação de Doadores, a cada dois segundos algum paciente necessita de transfusão de sangue no Brasil; a cada doação de sangue três vidas são salvas; de cada cinco pessoas que são internadas em hospitais, uma necessitará de transfusão.

Sessão marca Dia da Solidariedade ao povo palestino

Com a presença de autoridades locais e representantes da comunidade palestina em Santa Catarina, a Assembléia Legislativa realizou no dia 29, a sessão solene em homenagem ao Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino.

Prestigiaram a solenidade os deputados Afrânio Boppré (PSOL), autor do projeto que instituiu a data, e Vanio dos Santos (PT), representando a bancada petista; o secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Dejar Vicente Pinto, representando o governador do Estado, e o superintendente da Fundação Franklin Cascaes, Vilson Rosalino da Silveira, representando o prefeito municipal de Florianópolis. Também compareceram o professor Youssef Armahad Youssef, representando a comunidade árabe; Khader Othamn, do Comi-

tê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino; Shek Amim Karan, da Sociedade Islâmica de Santa Catarina e Fawsi El Machine, ex-embaixador da Palestina no México.

Além da instituição do dia comemorativo, a lei determina que governo estadual e Legislativo realizem atividades em conjunto com a comunidade árabe-brasileira sediada no Estado.

Em 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a divisão da Palestina em dois Estados, Israel (povo judeu) e Palestina (povo árabe). O território da Palestina jamais se efetivou e os conflitos armados vêm se sucedendo e acirrando. Segundo Afrânio, a causa palestina agrega proposições políticas e econômicas que reparem a grande injustiça contra um povo

cujo direito a um território e à sua nação têm sido negado. O parlamentar leu um trecho da carta recebida um dia antes, da Associação Israelita Catarinense: "Hoje, mais do que em 1947, está claro que a solução para o conflito em Israel é a criação do Estado Palestino nas terras determinadas pela ONU. Devemos apoiar iniciativas que busquem a paz e não perpetuem o conflito".

O professor Youssef enfatizou que os palestinos têm como prioridade fazer justiça, viver em paz e harmonia. "Juntos com os judeus e cristãos, queremos construir uma sociedade justa, fraterna e sem discriminações", frisou, endossado pelo representante do Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino, Khader Othamn, que recebeu das mãos do deputado Afrânio uma placa em homenagem ao

dia comemorativo. "A solidariedade é um compromisso, uma ação para a justiça", disse Khader.

Shek Amim Karan complementou a manifestação pedin-

do paz. "A paz é a palavra da nossa salvação, e a luta do povo palestino por suas terras é uma luta justa, onde a verdade não precisa de armas e força para ser sustentada", ressaltou.



Khader, do Comitê Catarinense, recebeu a placa do deputado Afrânio

INSTITUCIONAL

I Encontro Internacional de Advocacia do Poder Legislativo

Integração da América Latina está mais próxima

Durante três dias – 22, 23 e 24 de novembro – a Assembléia Legislativa recebeu procuradores legislativos e parlamentares da Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Portugal e Brasil com o objetivo de construir mecanismos que facilitem a integração entre os países

Criar um organismo de caráter internacional que congregue os setores jurídicos das casas legislativas para incrementar as relações institucionais entre os parlamentos da América Latina e da Europa. Este foi o principal encaminhamento do I Encontro Internacional de Advocacia do Poder Legislativo e XXII Encontro Nacional de Procuradores e que abre o documento final assinado por todos os representantes. O evento foi coordenado pelo chefe da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Michel Curi.

O órgão técnico-jurídico possibilitará a troca institucional de informações sobre os processos legislativos, pavimentando o caminho para o Parlamento do Mercosul - cuja constituição está prevista para este mês segundo o deputado federal catarinense Mauro Passos (PT) -, e sua relação com a Comunidade Européia.

O crescimento da América Latina e as ações para se chegar a um desenvolvimento conjunto, conforme os presentes ao encontro, passam pelo intercâmbio de idéias, pelo diálogo

e pela amizade. “A integração entre as advocacias dos países em desenvolvimento é necessária”, salientou Paulo Danin, presidente da Associação Nacional de Procuradores das Assembléias Legislativas (Anpal). O vereador Jorge López, do Uruguai, considera importante a realização de mais encontros que promovam a confraternização, a troca de idéias. “Vamos trabalhar para isso”, enfatizou.

Já o deputado Michiaki Nagatani, presidente da Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara dos Deputados da Bolívia, disse que o evento ofereceu mais uma “oportunidade de conhecer as questões dos países vizinhos e discutir, juntos, para promover o desenvolvimento”

ParlamercoSul

Responsável pela palestra de encerramento do encontro, o deputado federal Mauro Passos, que representou a Comissão Mista do Mercosul do Congresso Nacional, informou que em março acontece o primeiro encontro do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu. A



Mauro Passos, da Comissão Mista do Mercosul, e o procurador Michel Curi no final das discussões

eleição direta para sua composição está marcada para 2010. “Estamos criando a condição para levar adiante o processo de integração, que vai encarregar-se de superar as divergências de interesses”, assinalou.

A idéia é que todos trabalhem para resolver questões comuns, como o fornecimento de gás, o aproveitamento da energia eólica e uma política de controle da febre aftosa, por exemplo. “A União Européia precisou de 20 anos para se integrar, sem falar nas divergências econômicas entre os países, que muitas vezes dispersou a possibilidade de integração”, lembrou.

Democracia exige legislativo forte

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), proferiu palestra sobre “O Fortalecimento do Poder Legislativo e a Consolidação da Democracia”. Ele resgatou as origens do parlamento como um limitador do poder absoluto do príncipe, nascido nos movimentos revolucionários do século 18, sobretudo da Independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). “Hoje não se compreende a existência de

um país democrático sem um parlamento livre e soberano”, disse Garcia.

Atualmente, salientou, entre os principais desafios está o de funcionar como um fórum privilegiado de discussão dos conflitos de interesses entre os diversos grupos sociais. Uma questão a ser enfrentada em todo mundo, não apenas pelos legisladores mas por toda a classe política, conforme destacou o presidente, é o resgate de credibilidade. As pesquisas de

opinião realizadas em diversos países apontam baixos índices de credibilidade nos parlamentos nacionais e nos partidos políticos. “Ao lado da questão da credibilidade está a necessidade de fortalecer a democracia representativa. É preciso aproximar o cidadão do real exercício do poder, fazendo com que sua vontade seja efetivamente manifestada”, observou.

Garcia também defendeu o combate à corrupção, que enfraquece a democracia.

Encontro dos Legislativos

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina foi responsável pela promoção o I Encontro Internacional de Advocacia do Poder Legislativo e o XXII Encontro Nacional de Procuradores. Sempre pioneiro em eventos dessa natureza, o Legislativo catarinense recebeu representantes de países da América Latina e Portugal.

O Encontro teve por objetivo manter um maior relacionamento entre os Poderes Legislativos. A globalização está a indicar que os Legislativos de cada país, especialmente dentro da América Latina, precisam afinar o discurso e buscar os caminhos para o desenvolvimento sustentado.

É imperioso ressaltar que tal iniciativa vem no exato momento em que se instala concretamente o Parlamento do Mercosul, com sede na República Oriental do Uruguai.

A partir do Parlamento do Mercosul, com a participação dos países signatários do Tratado de Assunção, a integração da América Latina passa a

ganhar espaço e constituir um bloco economicamente forte para competir em igualdade de condições com os demais blocos, especialmente o Mercado Comum Europeu.

O Parlamento do Mercosul iniciará suas atividades a partir de 2007 com representantes designados pelos Legislativos nacionais de cada País. Em 2010, todo o Parlamento funcionará com representantes eleitos pelo voto direto, sendo que para sua composição será observada a proporcionalidade de cada país.

Daí se vê a grande importância da iniciativa do Legislativo catarinense, realizado em conjunto com a Associação Nacional dos Procuradores das Assembléias Legislativas (Anpal) e com apoio da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) e da Aprolesc (Associação dos Procuradores da Assembléia Legislativa de Santa Catarina).

Michel Curi, Procurador-geral da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

INSTITUCIONAL

Legislativo amplia e moderniza o Palácio Barriga Verde

Alberto Neves



Sede inaugurada em 1970 teve seus espaços adequados para atender à crescente participação da sociedade nos debates desencadeados no Parlamento catarinense. As novas obras e as reformas, que totalizam 2,6 mil m², foram iniciadas em 2004, conforme Plano Diretor aprovado um ano antes

A Assembléia Legislativa inaugura dia 12, às 17 horas, a reforma e a ampliação das instalações, realizadas em etapas a partir de outubro de 2004. O carro-chefe é o auditório Antonieta de Barros, com capacidade para 466 pessoas e espaço adequado para 21 cadeirantes. O auditório, que foi iniciado na gestão do ex-presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), e o Espaço Cultural Jerônimo Coelho, destinado

às exposições, totalizam 1,3 mil metros quadrados (m²) de área construída.

As demais obras, que somam outros 1,3 mil m² de área reformada e integram o projeto arquitetônico assinado por Pedro Paulo de Melo Saraiva, começaram na gestão do atual presidente, deputado Julio Garcia (PFL), trazendo modernidade e comodidade ao prédio, que no próximo dia 14 completa 36 anos.

A construção do auditório está prevista no Plano Diretor da Assembléia, aprovado em 2003 e que estabelece as normas para a ampliação do espaço físico do Legislativo.

De acordo com o Plano, devem ser construídos ainda os anexos Norte e Sul e reestruturado o anexo Deputado Eptácio Bittencourt, com mais cinco andares, os dois últimos destinados a estacionamento.

Reformas anteriores

Em 1988, reforma conduzida na 11ª Legislatura, sob o comando do presidente Juarez Furtado, trouxe inovações. O Plenário Osni Régis foi fechado com lambri - até então, o hall ao redor do Plenário era aberto. Foi inaugurada a sala de imprensa para atender de forma adequada os profissionais que atuam na cobertura do Poder Legislativo. Foi feita ainda a canalização das águas pluviais da Aveni-

da Mauro Ramos.

Em 1995, o térreo do Palácio Barriga Verde passou por reforma em razão dos estragos ocasionados pela enchente. E em 1997, ocorreu a complementação do anexo com a construção de novos gabinetes. Hoje, as instalações do Palácio Barriga Verde, incluindo o anexo Eptácio Bittencourt, somam 17,5 mil m². O prédio original dispunha de 12,2 mil m² de área construída.

Fonte: Coordenadoria de Serviços Técnicos e Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras.

INSTITUCIONAL

O QUE MUDA NA ASSEMBLÉIA

AUDITÓRIO ANTONIETA DE BARROS

Tem capacidade para abrigar 466 pessoas, incluindo espaço apropriado para 21 cadeirantes. Dispõe de iluminação cênica apropriada para eventos, sistema de sonorização e climatização automatizada.

ESPAÇO CULTURAL JERÔNIMO COELHO

No hall de entrada do auditório, o espaço está destinado para exposições.

PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGTH

Foi demolido e teve a estrutura reforçada. Mobiliário, sonorização e sistema de climatização são novos.



AUDITÓRIO ANTONIETA DE BARROS

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



“Sociedade é quem ganha com a reforma”

A sociedade catarinense será a grande beneficiada pela reforma e novas obras do Palácio Barriga Verde, que serão inauguradas oficialmente na próxima terça-feira (12). “Vamos oferecer um espaço mais confortável aos catarinenses, mais adequado, fazendo cada vez mais do Legislativo a Casa do Povo”, anunciou o presidente da Assembleia, deputado Julio Garcia (PFL), em coletiva à imprensa no último dia 6, quando apresentou aos jornalistas o conjunto de obras.

Com custo total de R\$ 9,5 milhões, as obras, iniciadas em outubro de 2004, têm como carro-chefe o auditório Antonieta de Barros, com capacidade para 466 pessoas e para 21 cadeirantes. Integram o projeto um elevador com acesso preferencial aos portadores de necessidades especiais, uma rampa de maneira a garantir também a acessibilidade ao espaço e escadas cobertas, além do Espaço Cultural Jerônimo Coelho, que receberá exposições e afins.

“A construção do auditório estava prevista no Plano Diretor e teve a ordem de serviço lançada quando Volnei Morastoni estava à frente da presidência da Casa”, lembrou o presidente, destacando que os trabalhos efetivamente começaram nesta legislatura, obedecendo a um rigoroso critério técnico conduzido

pela Comissão de Acompanhamento e Planejamento de Obras, integrada por servidores da Casa.

Na entrevista, Julio Garcia aproveitou para destacar o trabalho do presidente da Comissão, Henrique Ramos Filho; do coordenador de Serviços Técnicos, Edilson Acorsi; dos engenheiros Marcos Rovaris e Aldo Hart, e ainda do arquiteto Leogildo Lino. “É preciso destacar a forma zelosa dos servidores para com os recursos públicos”, observou.

Depois da coletiva, o presidente Julio Garcia levou os jornalistas a uma visita às novas instalações. O roteiro começou pela sala de comissões permanentes, que teve sua estrutura remodelada e recebeu novos equipamentos. Delá, seguiram em direção à sala de reuniões das comissões e ao Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, que foi completamente reformado, tendo recebido mobiliário, sonorização e climatização novos.

Depois, o presidente apresentou aos jornalistas o auditório Antonieta de Barros. “Tanto o auditório como o espaço cultural Jerônimo Coelho receberam nomes de pessoas que tiveram destaque na sociedade catarinense”, justificou o presidente, lembrando que a escolha foi referendada pelos 40 deputados.



PLENÁRIO OSNI RÉGIS

PLENÁRIO OSNI RÉGIS

Teve sua estrutura reforçada e recebeu um moderno sistema de ar-condicionado, totalmente automatizado, que atende também ao Plenarinho, auditório, sala de reunião das comissões, espaço cultural, sala de imprensa e protocolo. O sistema de som foi readequado. Em 2003, o local já havia sido equipado com novas bancadas para os parlamentares; portas automatizadas; rampa para acesso de portadores de necessidades especiais e carpete trocado.

SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES

Novas instalações com estrutura reforçada.



PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGTH



ACESSIBILIDADE A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

ACESSIBILIDADE A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Elevador, rampas e estacionamentos com calçadas adequadas que facilitam o acesso.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ampliado o estúdio de televisão e criadas redações próprias.

ESPLANADA CÍVICA DA ASSEMBLÉIA

Reformada de modo a recuperar o caráter do projeto original.



DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES



ESCADAS DE ACESSO NO ESTACIONAMENTO



SALA DE IMPRENSA

COMISSÕES PERMANENTES

Obra civil, ar-condicionado, divisórias e mobiliários novos.

SALA DE IMPRENSA

Painéis de vidro foram substituídos por esquadrias, garantindo boa ventilação e circulação de ar. Foram trocadas mesas, poltronas e instaladas luminárias, persianas e forro, além de peças de decoração que tornam o ambiente aconchegante.

Textos: Sandra Annuseck
Fonte: Coordenadoria de Serviços Técnicos e Comissão de Planejamento e Acompanhamento de Obras.

A origem da sede do Parlamento

Governador de 1966 a 1971, Ivo Silveira foi o grande responsável pela construção do prédio que hoje abriga o Legislativo estadual. Durante 14 anos, o Poder funcionou no quartel da Polícia Militar

O ex-governador Ivo Silveira, que comandou o Estado de 1966 a 1971, foi o grande idealizador do projeto da sede da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, inaugurada em 14 de dezembro de 1970. O Legislativo estava sem prédio próprio desde 16 de setembro de 1956, quando um grande incêndio consumiu as instalações situadas à rua Álvaro de Carvalho, um dia antes de completar 46 anos da inauguração.

Foi no governo de Silveira que o projeto arquitetônico, assinado por Pedro Paulo de Melo Saraiva, saiu efetivamente do papel e se concretizou na rua Jorge Luiz Fontes, atual sede do Palácio Barriga Verde. "A construção de uma nova sede para o Legislativo era uma promessa minha de campanha em 1965. Como ex-deputado tinha comigo este grande objetivo. Coloquei a

pedra fundamental e abri a porta do prédio", lembra.

Com 12 mil metros de área construída e custo final de 4,35 milhões de cruzeiros, a atual sede do Legislativo teve a pedra fundamental lançada em 1966, quando o presidia o deputado Lecian Slovinski, de Araranguá. "A obra foi construída com recursos da administração direta. O Legislativo não dispunha de orçamento para isso. Assim, os trabalhos aconteciam à medida que se tinha dinheiro", lembra o ex-governador. Os recursos eram administrados pelo Plano de Obras do Governo (Plameg), coordenado pelo secretário Annes Gualberto, braço direito de Silveira. O trabalho de engenharia era assinado por Olavo Arantes e o arquiteto por Pedro Paulo de Melo Saraiva, que venceu um concurso público para escolha do projeto.

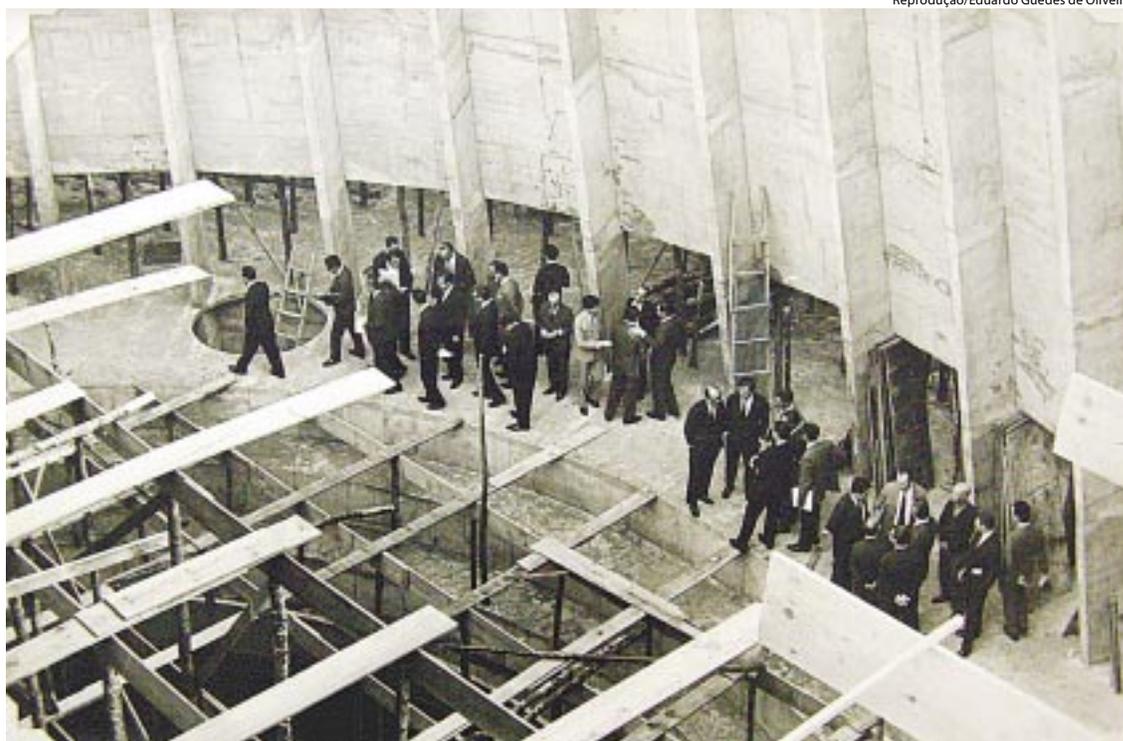
Prédio ampliou a fiscalização popular

A inauguração do Palácio Barriga Verde, em 14 de dezembro de 1970, marcou a vida do único representante de Joinville a presidir o Legislativo catarinense: Pedro Colin. "Estávamos pessimamente instalados. A inauguração da nova sede foi um momento de redenção dos deputados, que trabalhavam em condições totalmente desfavoráveis, sem gabinetes, sem funcionários, sem infra-estrutura alguma. A população passou a ter condições de melhor fiscalizar a atuação dos deputados", lembra Colin, que presidiu o Poder Legislativo de janeiro de 1970 a janeiro de 1971.

Pedro Colin foi deputado estadual por dois mandatos (1962-66 e de 1966-70) e conquistou quatro mandatos federais (1971 a 1987), totalizando 28 anos de mandatos conquistados nas urnas. Hoje, aos 74 anos, preside a Besc Corretora.

Colin não se recorda de detalhes da solenidade de inauguração, mas não esconde o peso que o ato teve em sua vida política. "Foi um fato importante, gratificante, apesar de eu não ter tido mérito nenhum: quando assumi a presidência, a obra estava praticamente concluída. O mérito é todo do Ivo Silveira, o grande pai da obra", observa o ex-deputado.

Para retribuir sua admiração particular a Ivo Silveira e reforçar os verdadeiros laços de paternidade do então governador com a sede da Assembleia, Colin encomendou um busto do então chefe do Executivo. "Ele nem sabia do que se tratava quando pedi para que descerrasse. Foi uma homenagem a quem realmente construiu a Assembleia", lembra o ex-deputado, destacando o empenho que o ex-governador teve ao cumprir em seu mandato uma promessa de campanha.



Reprodução/Eduardo Guedes de Oliveira

Quem integrava a Mesa na 6ª Legislatura/1970

Presidente: **Pedro Paulo Colin**
 1º Vice-Presidente: **Evaldo Amaral**
 2º Vice-Presidente: **Vivaldo Herbst**
 1º Secretário: **Pedro Harto Hermes**
 2º Secretário: **Mário Olinger**
 3º Secretário: **Hélio Carneiro**
 4º Secretário: **Francisco João Cabral Canziani**



Fotos Eduardo Guedes de Oliveira

Ivo Silveira: "Como ex-deputado, tinha comigo esse grande objetivo"



Pedro Colin: "Antes da sede, a Casa funcionava em péssimas condições"

Instalações garantiram funcionamento do Poder

Do lançamento da pedra fundamental à inauguração, o caminho trilhado exigiu habilidade administrativa do governo Ivo Silveira. "De maneira geral, não tive grandes dificuldades", recorda-se o ex-governador, que em 14 de dezembro de 1970, poucos antes de entregar o comando do Estado para Colombo Salles, inaugurava um sonho há muito acalentado.

"É com prazer que entrego a vossa excelência este prédio, que peço que não veja na majestade da arquitetura senão a majestade do Poder que irá abrigar", disse, há exatos 30 anos, no discurso de inauguração.

A construção do prédio da Assembleia, que desde o incêndio de 1956 até 1970 funcionou em instalações cedidas pelo Quartel da Polícia Militar (Rua Nereu Ramos), se traduziu numa retribuição ao Legislativo da participação que o Poder teve em sua vida. "Fui deputado estadual por quatro mandatos, presidente da Assembleia por três anos, líder da oposição por 10 anos e outros 10 anos líder do governo", enumera o ex-governador, fazendo um balanço de sua trajetória parlamentar.

Textos: Sandra Annuseck



Audiência pública trouxe representantes do governo para discutir formas de aumentar dotações

Saneamento e habitação têm poucos recursos no planejamento

Em audiência pública realizada pela Comissão de Finanças e Tributação no dia 29, por solicitação do deputado Dionei Walter da Silva (PT), foi discutida com representantes do governo a previsão de recursos para habitação e saneamento em 2007, considerada reduzida pelo relator da peça orçamentária.

A proposta do governo prevê R\$ 230 mil em recursos de fontes não estaduais para o saneamento básico. "Uma emenda encaminhada pelo governo prevê ainda R\$ 50 milhões para o saneamento, também com recursos de outras

fontes, como empréstimos ou arrecadação tarifária. Apenas 9,6% da população catarinense é atendida pelo esgoto urbano e contribui com essa tarifa", ponderou Dionei.

Na área habitacional, também não há destinação de recursos próprios. De acordo com ele, o Estado tem sido um repassador dos recursos do governo federal, através de projetos e convênios firmados entre os ministérios ou a Caixa Econômica Federal (CEF) com a Companhia de Habitação de Santa Catarina (Cohab).

Darci Mota Beck, diretora pre-

sidente da Cohab, argumentou que o Estado precisa estabelecer uma fonte permanente de recursos, criando uma política estadual de habitação. Para cobrir as duas áreas, o relator apresentou emendas destinando 1% dos recursos orçamentários à habitação e 1% para saneamento, no valor de R\$ 57 milhões cada.

Participaram também da audiência, o diretor de Orçamento da Secretaria de Planejamento, Romualdo Goulart e o presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco), Modesto Azevedo.

Executivo remete anexo ao Orçamento

Documento veio como resposta à diligência requerida pelo relator da proposta

A chegada de um novo anexo ao projeto do Orçamento de 2007 adiou a apresentação do parecer final pelo relator, deputado Dionei Walter da Silva (PT), na Comissão de Finanças.

O anexo enviado pelo Executivo integra a resposta à diligência requerida pelo relator para esclarecer alguns pontos da proposta, como valores divergentes entre a programação financeira (demonstrativo das ações com a origem dos recursos) e física (descrição da obra com os respectivos valores). Do documento consta a discriminação de cada programa, ação e obra e os respectivos valores destinados à sua execução, além da origem dos recursos. "Estas informações ocupam mais de 1.700 páginas, o que dificulta o comparativo elaborado pela Coordenadoria do Orçamento da Casa", assinalou.

Os esclarecimentos da proposta, segundo avaliação do relator, poderiam ser feitas através

de meio eletrônico. "Solicitamos que este material fosse enviado por meio eletrônico para agilizar o processo. Esta ação do governo dificultou a fluidez do cronograma de trabalho", argumentou, anunciando a apresentação do parecer final no dia 13, que será pautado pelas prioridades apontadas nas audiências do Orçamento Regionalizado.

O Orçamento Regionalizado é exigência da Constituição Estadual, regulamentada por Lei Complementar. As prioridades elencadas pela população devem ser encaminhadas ao Executivo para serem incluídas na proposta de Lei Orçamentária Anual. Dionei afirma que as prioridades não foram incorporadas ao projeto e cabe à Comissão de Finanças aprová-las como emendas, indicando a dotação orçamentária própria desde que os recursos não sejam vinculados. Entre estas fontes estão os recursos constitucionais à educação, saúde e fundos específicos.

Ministério Público arquiva representações a concursos do TCE

O procurador-geral de Justiça estadual, Pedro Sérgio Steil, determinou o arquivamento de duas representações contra o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE) questionando a legalidade dos três concursos públicos realizados em maio deste ano. As representações foram formuladas pelo presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), e a outra coadjuvada pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Sintespe). O assunto foi tema de uma audiência pública realizada pelo Legislativo no dia 17 de abril, com a presença de servidores e do presidente do

TCE, Gilson dos Santos.

As representações questionavam os concursos para o preenchimento de 64 vagas dos cargos Auditor, Auditor Fiscal de Controle Externo e Técnico em Atividades Administrativas e de Controle Externo. A decisão do Ministério Público do Estado foi comunicada ao Tribunal de Contas no dia 27 de novembro. Na análise dos procedimentos adotados pelo TCE no concurso, feita pelo Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) do Ministério Público, não foram encontrados "indícios capazes de revelarem alguma ilegalidade na realização dos concursos". Em função disso, a Procuradoria Geral de

Justiça indeferiu o pedido de instauração de inquérito civil e de procedimento administrativo preliminar, com o conseqüente arquivamento das representações.

Segundo o MP, das 13 supostas irregularidades citadas na representação apócrifa coadjuvada pelo Sintespe, seis "não configuraram ilegalidade, situam-se no âmbito do poder discricionário do administrador público, sendo vedada a interferência nos critérios de conveniência e oportunidade que nortearam as decisões do Tribunal de Contas". Todos os outros sete apontamentos também foram derrubados, itens constantes também na represen-



Presidente do TCE, Gilson dos Santos, participou da audiência em abril

tação formulada pelo deputado Dentinho, entre eles a idade mínima exigida para o cargo de Auditor e a realização simultânea dos três concursos impedindo os

candidatos a disputarem mais de uma vaga.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas de Santa Catarina

PLENÁRIO

APROVADOS

Projeto responsabiliza donos de cães e gatos

Os deputados aprovaram no dia 29, o Projeto de Lei nº 528/05, que institui a "Campanha de Controle Populacional de Cães e Gatos do Estado de Santa Catarina", de autoria da deputada Ana Paula Lima (PT). A nova lei prevê ações educativas que estimulem a propriedade responsável de animais e estabelece o período de 1º a 31 de outubro para a realização de campanhas. Estas deverão ser efetivadas em conjunto com clínicas veterinárias que se julgarem aptas e se credenciarem junto à Gerência de Controle de Zoonoses da Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde até o dia 30 de junho de cada ano.

Serão esses estabelecimentos que farão as castrações de caninos e felinos (machos e fêmeas), gratuitamente, mediante patrocínio para os animais sem dono, - foco principal da campanha - e cobrando preços populares para os proprietários de baixa renda. Caberá à Secretaria buscar firmar convênios junto à iniciativa privada, fundações, autarquias e órgãos públicos, entidades ambientalistas e de proteção aos animais, para viabilizar as castrações e as campanhas. Além disso, será encargo da

Secretaria da Saúde a distribuição de material informativo e educativo sobre a propriedade responsável de cães, gatos e outros animais domésticos, a importância da vacinação e da desvermifugação, o estímulo à adoção em vez da compra de animais domésticos, legislação e cuidados.

Cadastro

Os responsáveis ou proprietários de baixa renda deverão fazer, de 1º a 30 de setembro de cada ano, a inscrição do animal a ser castrado, o qual terá uma avaliação prévia de suas condições físicas e acompanhamento pós-operatório. Para formalizar a inscrição de cães e gatos, o proprietário deverá apresentar comprovante de residência. Caso seja possível, apresentará também um breve histórico do animal, de preferência informando se foi vermifugado e se recebeu vacinas.

O animal castrado, sendo de rua ou tendo dono conhecido, será identificado com tatuagem numa das orelhas ou de outra forma visível e permanente, a fim de evitar que seja conduzido novamente para cirurgia. Será emitido comprovante de castração.

Projetos alteram quadro de cargos e carreira

Dois projetos de lei complementar, nº 55/06 e nº 57/06, aprovados no dia 29, vão promover mudanças no quadro de cargos do Poder Judiciário e no Estatuto da Magistratura de Santa Catarina.

O PLC nº 55 altera a Lei Complementar nº 90, de 1993, que dispõe sobre cargos e suas denominações no Quadro Pessoal do Poder Judiciário, criando, extinguindo e dando nova denominação a cargos, além de disciplinar o instituto da remoção.

Já o PLC Nº 57 regulamenta o Estatuto da Magistratura do Estado de Santa Catarina. A matéria estabelece a metodologia para definir o número de cargos a ser criado no âmbito da Magistratura, bem como a

forma de admissão, requisitos para a carreira, direitos, deveres e prerrogativas.

Também foi aprovado outro projeto de lei complementar, nº 54/06, de autoria do governo do Estado, que modifica dispositivos da Lei Complementar nº 323/06, referente ao Plano de Carreira da Saúde. As mudanças definem percentuais de gratificação para médicos do quadro estadual.

A matéria aprovada incluiu emenda aditiva de autoria do deputado Gelson Merísio (PFL). A emenda incorpora gratificações recebidas desde 1985 aos salários dos ocupantes de cargos de contador da Secretaria da Fazenda e auditores internos do Poder Executivo.



Eduardo Guedes de Oliveira

Dezenas de proposições têm sido discutidas e apreciadas nas sessões plenárias das duas últimas semanas

Praias terão salva-vidas civis e voluntários

Depois de convertida em projeto de lei, a Medida Provisória nº 129/06 foi aprovada em Plenário. A nova lei autoriza o Executivo a promover a prestação de serviço voluntário e a contratar salva-vidas civis, em caráter temporário, para atuar nas praias do litoral catarinense.

Os voluntários serão treinados e supervisionados pelos bombeiros militares, aos quais estarão disciplinarmente subordinados e a quem caberá definir o número de salva-vidas a ser destinado

para cada praia. O candidato terá que ter mais de 18 anos e apresentar Termo de Adesão ao Serviço Voluntário de Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar, com firma reconhecida em cartório. Haverá processo seletivo e as contratações serão para os meses de outubro a março. Os voluntários terão direito ao ressarcimento das despesas efetuadas com alimentação, transporte e equipamentos e os contratados receberão salário como contra-prestação do serviço.

Proposição regula gratuidades cartorárias

Foi aprovado no dia 29, o Projeto de Lei Complementar nº 58/06, que dá nova redação a vários artigos da Lei Complementar nº 175, de 1998, de autoria do Poder Executivo. Esta lei regula a gratuidade de atos praticados pelas serventias extrajudiciais, como a emissão de registro de nascimento, certidão de casamento e outras, para pessoas reconhecidamente pobres. A nova redação também institui o Selo de Fiscalização.

O Selo vai permitir o ressarcimento mensal pela gratuidade

desses serviços e os recursos serão administrados pela corregedoria-geral da Justiça, conforme regulamento aplicado pelo Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça. Os selos serão vendidos nos próprios cartórios e deverão constar da "autenticação de documentos ou suas cópias; nos reconhecimentos de firmas; na abertura de livros apresentados para registro, mesmo daqueles com folhas soltas; nas certidões, escrituras, procurações, testamentos e demais atos".

Plenário aprova Medalha de Mérito

Foi aprovada a Emenda Substitutiva Global, de autoria do deputado Paulo Eccel (PT), ao Projeto de Resolução nº 16/05, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que institui a Medalha de Mérito Jacó Anderle, em homenagem ao ex-secretário de Educação do governo e fundador do PSDB, falecido em 2005.

A medalha será entregue em sessão solene aos participantes do Programa Escola Aberta à Cultura e Cidadania, implantado pela Secretaria Estadual da Educação, Ciência e Tecnologia.

Na escolha dos agraciados, serão consideradas pessoas ou entidades devidamente reconhecidas pela Secretaria.



Gonçalves: reconhecimento

PLENÁRIO

Disputa por terras preocupa parlamentares



Titon: solução sem conflito

O deputado Romildo Titon (PMDB) ocupou a tribuna no dia 30 para discutir pleito de descendentes de escravos por terras no Meio Oeste catarinense. Os quilombolas, amparados pelo Artigo 68 da Constituição Federal, estão pleiteando 8 mil hectares de terras localizadas no distrito de Correias, entre os municípios de Abdon Batista e Campos Novos, em processo de reconhecimento de direito.

O Artigo 68 estabelece que remanescentes dos quilombos que ainda ocupam suas áreas, têm direito à propriedade definitiva, cabendo ao Estado o reconhecimento deste direito. De acordo com parlamentar, a questão é controversa, pois não existem registros da presença de escravos fugidos na história do Meio Oeste.

Metade da área pleiteada pertence à empresa Iguazu Papel e Celulose S.A que, com a possibilidade de perda das terras, pode fechar sua unidade industrial na região. A saída da empresa, segundo Titon, "ocasionaria a fuga de cerca de R\$ 1 milhão/ano dos cofres da Prefeitura Municipal de Campos Novos". Conforme o peemedebista, 450 pessoas trabalham diretamente na empresa, que envolve indiretamente outros 1.200 moradores.

O restante das terras é ocupada por cerca de 100 famílias de pequenos agricultores que, segundo Titon, possuem a escritura das áreas.

A manifestação de Titon recebeu o endosso e o apoio do deputado Onofre Agostini (PFL), na sessão plenária seguinte. "A Iguazu anunciou sua retirada do local. Com a saída da empresa, todos os moradores do município seriam afetados pelo processo. Além dos prejuízos e da injustiça para com as famílias de agricultores que adquiriram as terras de forma legal", salientou.



Onofre: solidário aos agricultores

APROVADO

Parlamento concede títulos a municípios

O município de Arroio Trinta recebeu o título de Capital Catarinense da Cultura Italiana com a aprovação, no dia 29, do Projeto de Lei nº 240/06, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini (PFL). Estima-se que 97% da população é descendente de italianos e Arroio Trinta foi o primeiro município no mundo a adotar a língua italiana como matéria curricular.

Na mesma sessão, o município de Imbituba foi reconhecido como capital de Windsurf e Kitesurf, através do PL nº 295/06, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB). A Associação de Ibiraquera de Windsurf e Kitesurf promove há 12 anos a mais tradicional competição destas modalidades esportivas

no país. Os parlamentares aprovaram ainda outros dois PLs de autoria do deputado Onofre: o PL nº 311/06, que institui o dia 18 de março como data comemorativa do artista plástico no estado de Santa Catarina e o PL nº 292/06, que institui 26 de abril como data comemorativa do Dia do Tropeiro no Estado.

IPVA

Os parlamentares também aprovaram o Projeto de Lei nº 74/06, também de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL). A proposta institui a isenção do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores para pessoas portadoras de deficiências físicas e seus representantes legais.

Medida Provisória cria fundo para pobreza

Começou a tramitar na Casa, no dia 5, a Medida Provisória nº 131/06, que cria o Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza (Fecep/SC), instituindo um percentual adicional de 2% no ICMS incidente sobre produtos e serviços supérfluos como cigarros, refrigerantes e bebidas alcoólicas, armas e munições, cosméticos e perfumaria, gasolina e álcool, energia elétrica (consumo superior a 150 quilowatts) e telefonia fixa (consumo acima da tarifa básica cobrada). O governo do Estado pretende estabelecer o adicional como principal fonte de financiamento das ações nas áreas de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço da renda familiar. O percentual não incide sobre operações e prestações realizadas por empresas enquadradas em tratamento tributário diferenciado (micro e pequenas empresas).

[GABINETES]

MP AUMENTA ICMS

O deputado progressista Joares Ponticelli acusou o governo em discurso no Plenário, de dar ao povo catarinense um inesperado e lamentável presente, através da Medida Provisória (MP) que cria o Fundo de Erradicação à Pobreza. "O governo do Estado baixou uma MP aumentando em 2% o ICMS incidente sobre bebidas, cigarros, veículos, energia e comunicações. O pretexto é a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, meses após a criação do controvertido Fundo Social, que tirou dinheiro dos demais poderes e que tem sua constitucionalidade questionada na Justiça", discursou.

Na campanha eleitoral, salientou o parlamentar, o governador reeleito se apresentou radicalmente contra o aumento de impostos. Ele discorda do argumento do Executivo de que os aumentos vão recair sobre os produtos supérfluos. "Será que é só o rico que tem necessidade de energia elétrica, de utilizar o álcool como combustível?". Para o progressista, a medida tem como verdadeiro motivador a distribuição de cargos "para atender a todos os compromissos de campanha".

Ponticelli anunciou que vai pedir a realização de audiência pública, chamando para a discussão, em especial, os órgãos de defesa do consumidor. (Jandyr Côrte Real)

OPOSIÇÃO CONSCIENTE

O líder do PT, deputado Francisco de Assis, apresentou dados em Plenário na sessão do dia 5, reunidos pela assessoria da bancada que derrubam acusação do governador reeleito Luiz Henrique da Silveira, de que o PT "faz oposição raivosa em Santa Catarina". O levantamento mostrou que em 2005, de um total de 179 propostas de autoria do Executivo a bancada votou favorável a 167 (93,3%) e foi contrária a 12 (6,7%) projetos. Em 2006, a Assembléia aprovou até 29 de novembro, 118 proposições governamentais, das quais a bancada petista votou favoravelmente a 115 (97,46%) e contrariamente a apenas três propostas (2,54%). Os números, dizem os parlamentares petistas, mostram claramente que o PT não faz oposição raivosa, não é intransigente e nem irresponsável, conforme afirmou há duas semanas, o governador reeleito.

Em relação aos projetos polêmicos, de 89 apresentados em 2005, a bancada votou favorável a 75 (84%) e contra apenas em 12 (16%), enquanto em 2006 os dados mostram que de 72 propostas os petistas votaram a favor em 69 (95,84%) e contra outras três (4,16%).

O presidente estadual do PT, deputado estadual eleito Pedro Uczai, acrescentou que o PT nunca foi oposição selvagem e que o Partido foi para a oposição pela postura do governador em construir mecanismos de políticas públicas que não interessam ao PT. Ele exemplifica com o critério de distribuição da renda obtida pelo estado com o Fundo Social, "que é político". (Luiz Stefanos)

POÇO ARTESIANO

A Assembléia Legislativa aprovou indicação de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), solicitando ao governo do Estado a perfuração de um poço artesiano na localidade de Pocinho, no município de Curitibaanos.

A indicação do parlamentar foi encaminhada ao secretário de Agricultura, Gelson Sorgato, e ao presidente da Cidasc, Hamilton Ricardo Farias.

De acordo com o parlamentar, a constante falta de água potável que assola a localidade de Pocinho tem deixado a população em estado de alerta. "Há a necessidade urgente de resolver a questão. Por este motivo, peço ao governo do Estado a adoção de todas as medidas que se fizerem necessárias para a perfuração de um poço artesiano naquela localidade", reivindica. (Cármen Leite Rovira)

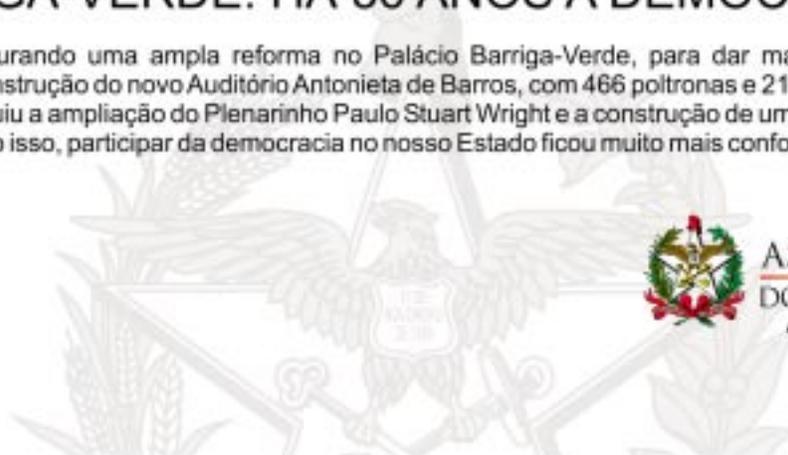


**VAMOS ENTRANDO. EM SANTA CATARINA
A DEMOCRACIA ESTÁ DE CASA NOVA.**



PALÁCIO BARRIGA-VERDE. HÁ 36 ANOS A DEMOCRACIA VIVE AQUI.

O Poder Legislativo está inaugurando uma ampla reforma no Palácio Barriga-Verde, para dar mais conforto e mais espaço para a participação popular. Além da construção do novo Auditório Antonieta de Barros, com 466 poltronas e 21 lugares exclusivos para usuários de cadeiras de rodas, a reforma incluiu a ampliação do Plenarinho Paulo Stuart Wright e a construção de um novo espaço multiuso: a Esplanada Cívica e de Solenidade. Com tudo isso, participar da democracia no nosso Estado ficou muito mais confortável. Pode entrar que a casa é sua.



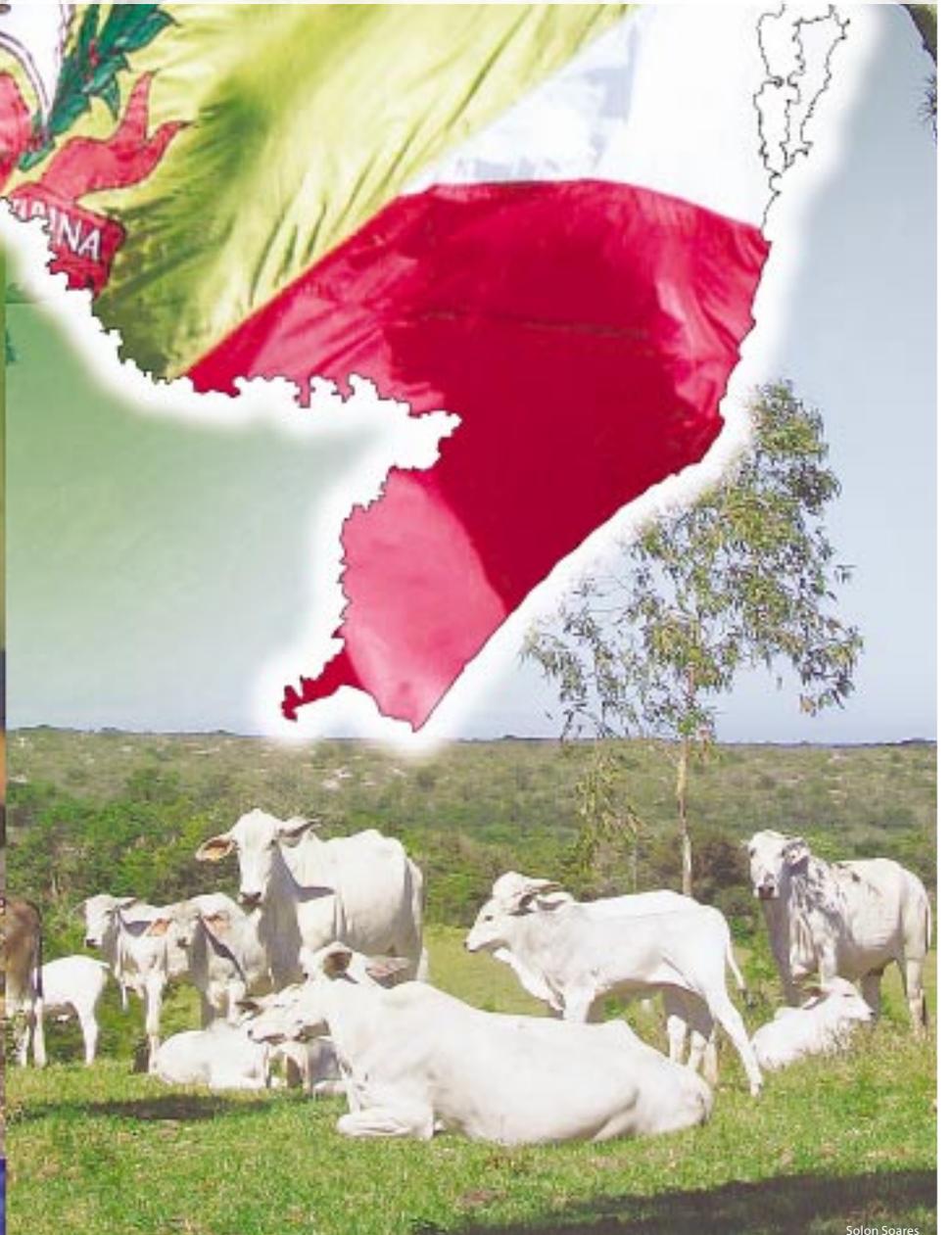
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
A VONTADE DOS CATARINENSES É LEI



Divulgado Weg

Solon Soares

SC: OS DESAFIOS DA ECONOMIA



Eduardo Guedes de Oliveira

Solon Soares

[EDITORIAL]

Desenvolvimento em compasso de espera

Destaque nacional em diversas áreas, a economia de Santa Catarina também sofre com a política adotada há mais de uma década pelo governo federal, ancorada na defesa contra possíveis escaladas inflacionárias, e que este ano renderá ao país mais um resultado de crescimento tímido – entre 2% e 3% no Produto Interno Bruto (PIB), índice que demonstra o total de riquezas produzidas.

Grande vítima da política de juros altos, o setor industrial catarinense, que responde por cerca de 53% da riqueza do Estado e cresceu acima dos índices nacionais em 2004, teve sua expansão retraída nos últimos dois anos, e deve fechar 2006 ainda em compasso lento devido, essencialmente, ao embargo da carne suína pela Rússia, à gripe aviária e a manutenção do real valorizado diante do dólar, que prejudicou toda a cadeia produtiva atingindo em cheio as exportações.

A agricultura também se ressentida da falta de investimentos e de ações que reduzam os prejuízos provocados pelas secas e pela competição desleal de produtos vindos de outros países, principalmente da China, que também refletem no desempenho da indústria. Em ambos os setores, atestam representantes da Federação das Indústrias, da

Organização das Cooperativas e da Federação da Agricultura de Santa Catarina, faltam também políticas estaduais de valorização e de estímulo.

No comércio, que registrou um sinal de recuperação em suas vendas no mês de setembro, juros altos – que assustam clientes – e falta de programas de qualificação profissional são vilões apontados pela Federação do Comércio do Estado.

O presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva, quer ações que garantam pelo menos 5% de crescimento no PIB brasileiro em 2007. O setor produtivo, embora cauteloso, acredita que os juros continuarão caindo, e tem esperança de que novas linhas de financiamento sejam abertas e sejam ampliadas as já existentes, além de esperarem a desoneração dos investimentos, a redução da carga tributária e a imposição de barreiras que equilibrem a capacidade competitiva nacional com os produtos importados. Isto feito, juntamente com a recuperação, ampliação e modernização da infra-estrutura de escoamento da produção – portos, rodovias, aeroportos –, atestam os entrevistados pelo **AL Notícias**, e a vocação catarinense para o crescimento voltará a ser destaque.

Contratações formais no Estado aumentaram em outubro

Levantamento é realizado mensalmente pelo Ministério do Trabalho



Mais de 470 mil trabalhadores movimentam a indústria de transformação catarinense

Na análise mensal das contratações gerais com carteira assinada feita pelo Ministério do Trabalho, Santa Catarina aparece em segundo lugar no ranking dos que mais contrataram. Foram empregados mais 13.486 pessoas no Estado, contabilizadas todas as áreas da economia, 1,01% a mais do que no mês anterior. A variação nacional apontou uma expansão nas contratações de 0,47%, próximo ao nível registrado em outubro de 2004, de 0,52%. O acumulado nacional do ano alcançou 5,81%.

Em primeiro lugar no ranking de outubro está São Paulo, com mais 46.531 postos, ou 0,51% a

mais. Depois de Santa Catarina, seguem Rio de Janeiro, com mais 12.817 postos (0,48%) Rio Grande do Sul, que contratou 12.333 trabalhadores, registrando aumento de 0,66% e Paraná, com 11.173 novos contratados ou 0,60% a mais. Em menor medida, sobressaíram-se também os estados de Alagoas (8.643 postos, mais 3,45%) e Pernambuco (6.818 postos, 0,84%).

Os indicadores apontam para uma pequena recuperação, mas não mostram o quadro detalhado da situação de emprego, que inclui as movimentação de empregados feitas por cada setor. O último levantamento disponibilizado pelo

Ministério refere-se ao ano de 2004 (confira na tabela abaixo).

Em 2004, o Ministério tinha registrado 1,4 milhão de pessoas ocupando formalmente postos de trabalho em Santa Catarina. Neste universo, mais de 500 mil estavam empregados no setor de serviços, outros 476 mil na indústria de transformação e 258 mil no comércio. Este último, conforme levantamento realizado pela Federação do Comércio de Santa Catarina (Fecomércio) em setembro último (confira na página 4), registrou crescimento no percentual de novos empregados de quase 1% em relação ao mês anterior.

Número de estabelecimentos e trabalhadores por setor em Santa Catarina em 2004

ATIVIDADE	Nº DE ESTABELECEMENTOS			Nº DE TRABALHADORES
	RAIS POSITIVA	RAIS NEGATIVA	TOTAL	
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	7.100	1.654	8.754	45.842
Pesca	413	137	550	3.369
Indústrias Extrativas	375	394	769	6.501
Indústrias de Transformação	24.174	18.963	43.137	476.430
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	301	101	402	9.967
Construção	5.335	4.265	9.600	43.943
Comércio	55.833	76.472	132.305	258.554
Serviços	49.638	79.818	129.456	561.614
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	5	40	45	27
TOTAL	143.174	181.844	325.018	1.406.247

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Rais 2004 - Rais positiva: estabelecimentos que realizaram alguma movimentação de pessoal durante o ano. Rais negativa: estabelecimentos que iniciaram e terminaram o ano sem nenhuma movimentação de pessoal. Dados de 2005 e 2006 ainda não estão disponíveis.

Divulgação



Indústrias de transformação são as maiores responsáveis pelo crescimento da produção de riquezas acima da média do país em 2004

stock.xchng

Nível de crescimento econômico de Santa Catarina é estável

Indústria é responsável pela maior fatia do bolo de riquezas produzidas no Estado

A soma das riquezas produzidas em Santa Catarina, traduzida através do Produto Interno Bruto (Produto Interno Bruto), confere ao Estado – que ocupa 2,1% do território nacional – a invejável sétima posição geral no ranking nacional. No mais recente levantamento publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), num estudo denominado “Contas Regionais”, baseado no exercício

de 2004, o Estado ocupa a quinta posição no PIB per capita com valor de R\$ 12.159,00, sendo superado apenas pelo Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. O índice supera o desempenho do Brasil, que foi de R\$ 9.729,00, segundo o Instituto.

Segundo o estudo do IBGE, o carro-chefe da economia catarinense continua sendo a indústria, que responde pela fatia de 52,4% das

riquezas. O setor terciário, representado pelo comércio e serviços, aparece em segundo, com 34% do PIB estadual. E a agricultura/pecuária vem em terceiro, com 13,6%.

O PIB catarinense registrou em 2004 um crescimento real de 6,5% em relação ao ano anterior, ou R\$ 70.208 bilhões. Um desempenho que superou a média nacional, de 4,9%. Também suplantou os números de 2003, quando o Estado

registrou incremento de 2,10%.

O crescimento registrado em 2004 foi puxado especialmente pela indústria de transformação (11,4%), serviços industriais de utilidade pública (5,6%), comércio (4,15), transportes (7,3%) e serviços coletivos, sociais e pessoais (14,8%).

Resultados estes que conseguiram compensar o baixo desempenho da agropecuária, que teve queda de 0,9%. Segundo estudos técnicos, o setor primário amargou prejuízos em decorrência de problemas climáticos, sobretudo na produção de grãos – especialmente do milho (principal grão produzido em solo catarinense) e da soja, que caíram 24,4% e 9,9%, respectivamente.

No parque industrial, coube à indústria de transformação experimentar um crescimento de 11,4%, tendo como destaques as metalúrgicas (29,61%), materiais plásticos (17,07%), mecânica (14,16%), têxtil (13,22%), papel e papelão (12,66%) e madeira (12,66%). Os setores de extração de minerais não-metálicos e vestuário, por sua vez, tiveram queda de 4,24% e 2,85%, respectivamente. A venda de veículos novos e usados puxou o bom desempenho do comércio, segundo o IBGE. O setor registrou crescimento de 4,14%.



Participação das atividades econômicas no PIB de Santa Catarina - 2001-2004				
Atividades econômicas	2001	2002	2003	2004
Agropecuária	13,5	14,3	16,9	13,6
Indústria extrativa mineral	0,1	0	0	0
Indústria de transformação	38,6	37,6	38,5	41,6
Eletricidade, gás e água	4,3	4,9	4,8	5,3
Construção	6,3	6,0	5,8	5,6
Comércio e reparação de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico	5,6	5,2	4,9	4,4
Alojamento e alimentação	2,2	2,1	2	1,9
Transportes e armazenagem	1,6	1,8	1,7	1,7
Comunicações	2,1	2,2	2,1	2,2
Intermediação financeira	3,1	4,8	3,6	3,8
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	8,7	7,9	6,7	6,4
Administração pública, defesa e seguridade social	10,2	9,9	9,7	10,4
Saúde e educação mercantis	2,5	2,2	2,3	2,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,6	0,6	0,8	0,8
Serviços domésticos	0,3	0,3	0,3	0,3
Total	100	100	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Mais informações podem ser obtidas em <http://www.fiescnet.com.br> e <http://www.ibge.gov.br>

Eduardo Guedes de Oliveira

Comércio



ensaia recuperação

Percentual de vendas melhorou em setembro

Na mais recente pesquisa conjuntural realizada pela Fecomércio através do Instituto Mapa, a região de Florianópolis e São José, que serve de termômetro do comportamento do varejo em Santa Catarina, registrou um percentual negativo de 3,9% nas vendas em setembro com relação ao mês anterior. Apesar de negativo, o percentual indica a desaceleração das perdas registradas no varejo desde janeiro, quando a queda alcançou 15,3% negativo.

A curva ascendente começou a ser desenhada a partir de fevereiro, com a queda reduzindo para -12,6%, passando para -10,5% em março; -8,3% em abril; -7,2% em maio; -7% em junho; -6,1% em agosto; -4,8% em agosto.

O desempenho de setembro, segundo a pesquisa, registrou um incremento de 1,6% no faturamento em relação a agosto. Puxaram a recuperação os bens semiduráveis, especialmente os artigos de vestuário. Também ajudaram a desenharem um cenário mais otimista os bens não-duráveis como os itens do setor automotivo e materiais de construção.

Em setembro, também o nível de emprego cresceu quase um ponto percentual, ficando em 0,9%. Os bens semiduráveis puxaram o desempenho positivo, gerando 2,8% em empregos. As lojas de vestuário foram as grandes responsáveis pela façanha. Em relação ao mesmo mês do ano passado, o nível de emprego cresceu 9,5%. No acumulado do ano, 2006 registra 7,4% mais vagas. Os segmentos que mais abriram vagas foram os de pequeno varejo alimentar (25,5%) e vestuário (23,6%). A categoria dos bens semiduráveis foi a única a registrar queda com relação ao mesmo período do ano passado, de 3,2%.

Assim como o acréscimo registrado no faturamento e nas vagas de emprego, o comércio varejista proporcionou também aumento na folha de pagamento de seus funcionários. Os salários da região da Grande Florianópolis foram 1,1% superiores aos de agosto. As lojas de material de construção puxaram o incremento, com 2,9%, refletindo as boas vendas registradas no setor em agosto.

A melhora na distribuição de renda, puxada pelo reajuste do salário mínimo acima da inflação, trouxe novos clientes para o comércio varejista, o que tem ajudado na manutenção de um desempenho geral positivo



Federação do Comércio defende flexibilização da cobrança de tributos

O comércio catarinense precisa crescer pelo menos 15% em 2007 para zerar os prejuízos amargados entre janeiro de 2005 e janeiro de 2006. Comparativamente ao período anterior (2004-2005), o setor registrou uma variação negativa de 15,65% em seu desempenho.

A avaliação é resultado da Pesquisa Conjuntural da Federação do Comércio de Santa Catarina (Fecomércio), realizada na Grande Florianópolis e outros 11 centros varejistas do país. A pesquisa serve de termômetro para a Confederação Nacional do Comércio traçar uma radiografia do desempenho do varejo no território nacional.

“Se conseguirmos atingir os 15%, voltaremos a falar em crescimento real”, explica o presidente da Fecomércio, Antônio Edmundo Pacheco, que vincula um resultado positivo a mudanças estruturais. “É preciso diminuir os gastos com a máquina administrativa”, entende. Tirando o pé do acelerador, o

governo conseguiria pavimentar o caminho para a redução dos impostos, que com seu peso estrangula a força produtiva do país. “Precisamos reduzir a carga tributária do país, flexibilizar a arrecadação para assim diminuir os custos”, receita.

Qualificação

Edmundo Pacheco defende também uma mudança profunda na Previdência Social, dissociando a seguridade da saúde. “É preciso dar agilidade. Hoje, as duas coisas não atendem a necessidade do brasileiro”, observa. Mas para que o país volte a crescer, gerar renda, empregos e oportunidade, conforme ele, são necessários, acima de tudo, investimentos em infra-estrutura.

“O primeiro mandato do governo Lula deixou a desejar em investimentos, em logística. A falta de investimentos fechou o cerco nos transportes; temos aí a crise da aviação”, destacou.

Ele também espera mudanças por parte do futuro Congresso Nacional. “A gente espera que ocorra realmente a defesa dos interesses da comunidade e não apenas a do benefício próprio”, enfatizou, apostando numa reforma política como o caminho para mudanças da vida social, econômica e política do país.

Para ampliar a participação do setor no PIB nacional, que hoje chega a 34%, Edmundo Pacheco também defende investimentos em capacitação de mão-de-obra focada na qualidade do atendimento. “Precisamos continuar abrindo novos pontos de venda”, assinala o dirigente, que confere à distribuição de renda a curva ascendente registrada pelo setor nos últimos meses, com a redução dos indicadores negativos (de 15,3% em janeiro para 3,9% em setembro). “Como houve reajuste do salário mínimo acima da inflação, este consumidor voltou a comprar”, comemora.

Pesquisa traça diagnóstico do setor

A Pesquisa Conjuntural realizada pela Fecomércio acontece em doze grandes mercados nacionais: Florianópolis/São José, Curitiba, região metropolitana de São Paulo, estado do Rio de Janeiro, região metropolitana Belo Horizonte, Tocantins, Região Metropolitana do Recife, Região Metropolitana de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Londrina e Maringá.

Ela traça um diagnóstico do setor, servindo de base para decisões não só do varejo como de órgãos governamentais. A amostra analisa o

desempenho das vendas de bens duráveis, móveis, decorações e utilidades domésticas (cine-foto-som); óticas, relojarias e joalherias; informática; instrumentos musicais, CDs e fitas. Também avalia os bens semiduráveis: vestuário, tecidos, calçados, livrarias e papelarias; os bens não-duráveis, como laticínios e massas, produtos de farmácias e perfumarias e ainda combustíveis e lubrificantes. Ainda analisa o comércio automotivo (revendedoras de veículos, autopeças e acessórios) e materiais de construção.

Indústria gera o maior volume de riquezas

Apesar do ocupar lugar de destaque na economia catarinense, setor se ressentido de investimentos federais e sofre com as altas taxas de juros. Os empresários reclamam também de uma política de valorização estadual

Responsável por cerca de 53% das riquezas geradas no Estado, traduzidas através do Produto Interno Bruto (PIB), a indústria é a grande alavanca da força econômica de Santa Catarina. Ao contrário de outros estados, onde o setor de serviço ganha destaque, no território catarinense a face industrial é a mais robusta e se reveste de uma diversidade ímpar: produzimos de móveis a calçados; de compressores a eletrodomésticos; de alimentos a produtos cerâmicos. A lista é interminável.

Mesmo assim, as turbulências no aspecto nacional têm reduzido o ritmo de expansão dos negócios.

Em 2005, o setor registrou queda de 12% nas vendas. Para este ano, as projeções da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) apontam para uma melhora aparente, limitando o nível de queda entre 3 e 2%.

Um termômetro da recuperação é o desempenho de outubro, quando houve reação. "Estávamos com 5% de queda, passando para 3%", afirma o vice-presidente da Fiesc, Glauco Corte (leia entrevista nas páginas centrais). Mesmo assim, não há como se falar em crescimento positivo. "No máximo, vamos equilibrar e estabilizar as vendas", observa.

Em números reais, 2005 foi o

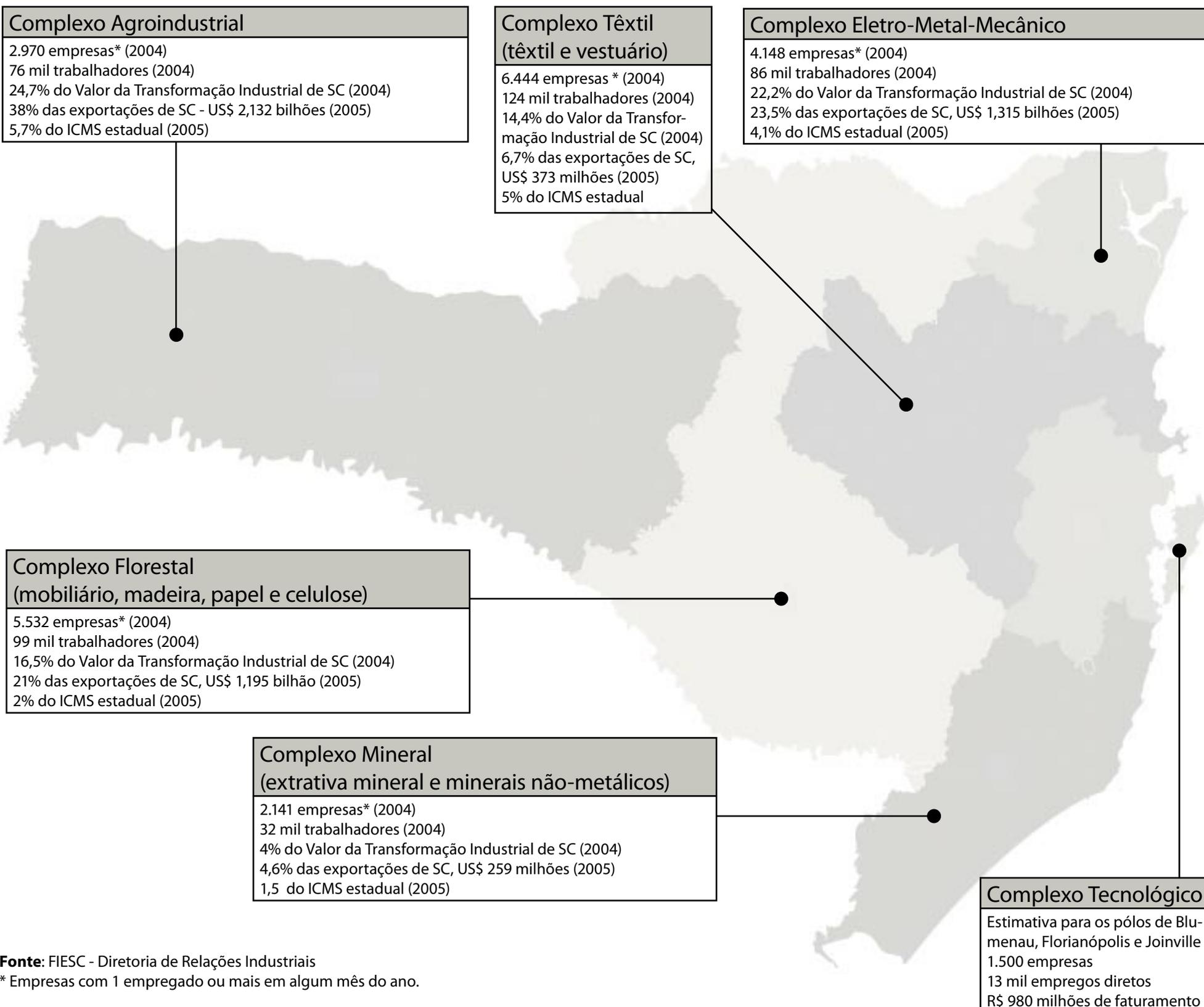
pior dos últimos cinco anos para a indústria. "O crescimento não foi muito superior a 1%", estima Glauco. Muito diferente do cenário consolidado de 2004, quando o setor cresceu acima da economia global. "O PIB estadual naquele ano foi de 6,5%, enquanto que o da indústria chegou a 8%", completa o empresário.

Decisivo

Apesar de números recentes não muito favoráveis, a indústria continua dando as cartas da economia catarinense. E a perspectiva da Fiesc é de que a situação

melhore a partir de medidas do governo federal – principalmente com investimentos e redução da taxa de juros reais - e de uma política de valorização da indústria que depende do governo do Estado. "É de olho neste cenário que o industrial continua empregando mais. Estamos preparados para a retomada do crescimento", desafia Glauco, justificando porque o setor continua a gerar postos de serviço. "Além disso, está ocorrendo um processo maior de formalização das relações de trabalho. Para se ter uma idéia, de janeiro a outubro de 2005, o setor gerou 7 mil novas vagas", observa.

Complexos Industriais de Santa Catarina



Fonte: FIESC - Diretoria de Relações Industriais

* Empresas com 1 empregado ou mais em algum mês do ano.

Reconhecimento além fronteiras

Berço de desenvolvimento, nossa indústria transpôs muitas fronteiras para conquistar reconhecimento. Algumas obtiveram destaque inclusive mundial. As indústrias catarinenses lideram, na América Latina, por exemplo, a produção de cerâmica de mesa, ferramentas para jardinagem, máquinas para indústria madeireira, peças para bicicletas, impulsores de partida, mancais e polias para veículos, linhas para crochê e camisas de malha.

Santa Catarina é também a maior produtora mundial de compressores herméticos. Estão situadas em território catarinense a maior empresa de eletrodomésticos (linha branca) do mundo, a quinta maior fundição independente, a segunda maior fabricante de componentes para bicicletas e de confecções de malha. Somos ainda o maior produtor de suínos do Brasil e o segundo de frangos.

O Estado também lidera no

mercado nacional a fabricação de louças de cerâmica, cristais, troféus e medalhas, centrais telefônicas, embalagens e produtos em EPS (isopor), embalagens plásticas para fraldas e absorventes, etiquetas tecidas, fitas elásticas, chapéus, artigos esportivos e náuticos, alimentos industrializados (aves e suínos), produtos para sorvetes, soluções de auxílio à lista telefônica. Lidera ainda a lista dos maiores produtores de software do país dedicados a call centers.

Santa Catarina também está entre os maiores exportadores do país. Em 2005, segundo a Fiesc, os negócios com o mercado internacional foram de US\$ 5,6 bilhões, 4,7% do total exportado pelo Brasil, o que lhe possibilitou a oitava posição em nível nacional e permitiu um saldo positivo de US\$ 3,4 bilhões na balança comercial. Os principais mercados de destino dos produtos catarinenses em 2005 foram Estados Unidos, Rússia, Argentina e Japão.

Carlos Killian



Estado exportou US\$ 5,6 bilhões em 2005, 8º no ranking nacional

ENTREVISTA: GLAUCO CORTE

“É preciso valorizar as exportações”

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Glauco Corte, é um especialista em números e faz um diagnóstico apurado da crise que atravessa a economia catarinense desde o ano passado: “Quando as exportações não vão bem, a economia não vai bem”, resume o dirigente, que, no entanto, prevê um 2006 menos negativo para o desempenho catarinense. “Mesmo assim, vamos crescer menos que a média nacional”, prevê na entrevista exclusiva que você acompanha abaixo.

AL Notícias - No mais recente levantamento realizado pelo IBGE a respeito do PIB, o “Contas Regionais”, relativo a números de 2004, Santa Catarina aparece em situação confortável, com crescimento acima da média registrada no país. No mesmo levantamento, a indústria catarinense é a grande vedete, registrando uma participação de 52,4% nas riquezas produzidas no Estado. O senhor confirma esta participação?

Glauco Corte - Santa Catarina tem o perfil econômico que a distingue de outros estados. Principalmente, pela importância da indústria de transformação na formação da renda estadual. Em 2004, é verdade que o setor representou 52,4% na formação das riquezas, com a agricultura tendo participação de 13,6% e cerca de 33% do setor de serviços. Interessante notar que, em relação a 2003 o PIB de 2004 cresceu 6,5% no Estado. Neste período, o setor industrial cresceu ainda mais, 8% - tínhamos em 2003 uma participação do setor industrial no PIB de 49% e passamos para praticamente 53% no ano seguinte. O que mostra que o setor industrial cresceu acima da média de crescimento da economia. Isto é uma característica de Santa Catarina, que tem sua força na indústria. Nós sabemos que uma economia, à medida que vai crescendo, tende a ganhar representatividade do setor de serviço, reduzindo a presença da agricultura e da indústria. Mas no caso de Santa Catarina não é o que está acontecendo.

AL Notícias - O crescimento registrado pela indústria em 2004 é puxado mais especificamente pela indústria de transformação?

Glauco - Ela cresceu 11,4%, acima do número registrado pelo

setor. O que é outra característica da área, com a predominância forte da indústria de transformação, principalmente de produtos manufaturados e semi-manufaturados. Hoje, esta indústria representa 30% do setor.

AL Notícias - E o perfil exportador de Santa Catarina, como anda?

Glauco - As exportações têm peso de 16% na formação do PIB catarinense. É um número muito expressivo. Aí está a razão por que a economia não foi bem no ano passado e neste ano. Tudo porque as exportações estão caindo. Em 2004, as exportações catarinenses aumentaram 31% em relação a 2003. Em 2005, o ritmo de crescimento caiu para 15%, ou seja, perde metade do crescimento do ano anterior. E de janeiro a outubro deste ano, estamos

apenas com 6%.

AL Notícias - O senhor acredita a queda no ritmo das exportações catarinenses ao que especificamente? Ao câmbio? Aos embargos e restrições comerciais ao frango e à carne suína?

Glauco - O câmbio ajudou, mas se não tivéssemos tido o embargo às exportações, ora da carne de frango, ora da carne suína, nós estaríamos, certamente, com o desempenho praticamente igual ao do ano passado. Com isso, a taxa de câmbio não teria afetado tanto. No ano passado, a taxa de câmbio foi a grande vilã do setor de exportações catarinenses. Já este ano, como as empresas fizeram grande esforço de ajustamento, a principal dificuldade foi realmente o embargo à carne suína.

AL Notícias - Quais foram até agora as perdas amargadas pelo frango e pela carne suína?

Glauco - De janeiro a outu-

bro, a carne de frango perdeu quase 17% em relação ao mesmo período do ano passado. Nos suínos, a queda chega a 28%. Em valores, o frango deixou de exportar US\$ 100 milhões de janeiro a outubro em relação ao mesmo período do ano passado. E a carne suína, US\$ 168 milhões. Se fossemos estes valores, fecharíamos até agora com US\$ 5 bilhões, o que daria um crescimento nas exportações, e não 6%, como aconteceu até agora.

AL Notícias - Qual o peso do setor alimentar nas exportações catarinenses?

Glauco - Representa 1/3 da pauta de exportações, com destaque para o frango e o suíno. Vale destacar que o setor alimentar é o que tem principal valor agregado, que chega a 25% do total de transformação da indústria.

AL Notícias - O governo federal tem sinalizado com previsões modestas do PIB para 2006. Qual a projeção para Santa Catarina?

Glauco - Santa Catarina deve crescer um pouco menos que o Brasil este ano. Em 2004, segundo o IBGE, nosso desempenho foi melhor do que o nacional. No ano passado e neste ano, sofremos o forte impacto da questão cambial e das restrições e embargos nas exportações. Situação que nos levará a crescer menos que a média nacional. Acredito que o Brasil deve crescer um pouco menos que 3% este ano. E eu calculo que Santa Catarina vai ficar entre 2 e 2,5%.

AL Notícias - Mas este ano já foi melhor do que o ano passado, ou não?

Glauco - 2005 foi o pior ano dos últimos cinco. E 2006 ainda é um ano ruim porque estamos em queda nas vendas industriais. Vamos fechar o ano buscando a estabilização. No ano passado, tínhamos caído 12% nas vendas. Este ano, vamos cair de 3 a 2%. Em geral, ainda é um ano melhor que 2005. Em outubro, registramos uma boa reação das vendas. Estávamos em 5% de queda, passamos para 3%. Mas dificilmente vamos virar isto para conseguir um crescimento positivo. No má-

ximo, se novembro e dezembro forem bem, vamos equilibrar e estabilizar as vendas.

AL Notícias - Qual é fórmula para reverter este quadro?

Glauco - Precisamos de algumas medidas do governo federal: estímulo e desoneração de investimentos, avanços em relação à reforma tributária... Também os juros reais precisam continuar caindo. Aqui em Santa Catarina precisamos de uma política de valorização do setor industrial. No ano passado, conseguimos alguns avanços junto ao governo do Estado no sentido de estabelecer programas conjuntos. Precisamos evoluir nisso. Precisamos obter o ressarcimento dos créditos do ICMS de exportações relativos à Lei Kandir. O Estado fez esforço no sentido do repasse aos exportadores, mas é preciso que tenha dotação orçamentária no Orçamento da União para garantir isso.

AL Notícias - E em relação às exportações?

Glauco - É preciso valorizar mais as exportações. No caso de Santa Catarina, quando a exportação não vai bem, a economia não vai bem. Fomos muito afetados no setor alimentar, mobiliário, calçadista... O setor industrial não quer benesses do governo. Quer tratamento isonômico para garantir concorrência com outros estados e países. Para se ter uma idéia da desvantagem que os têxteis, por exemplo, enfrentam com os produtos chineses, veja só: o quilo entra em média por US\$ 5,72 no Brasil, enquanto na Argentina a mesma quantidade entra para US\$ 15,00 e nos Estados Unidos, a US\$ 16,00. No

Brasil, estes produtos entram muito baixo, subfaturados. Não queremos impedir as importações. Queremos sim, que entrem aqui com custo equivalente ao da Argentina. Esta é uma bandeira da Fiesc.

AL Notícias - Além da questão cambial e das exportações, a infra-estrutura não deixa a desejar?

Glauco - Quando se fala que o câmbio é o grande vilão, digo que representou a gota d'água num copo de água que já estava cheio. Se tivéssemos uma boa infra-estrutura, a logística não fosse cara, os portos estivessem funcionando bem, não houvesse burocracia, não estaríamos reclamando do câmbio, pois ele é flutuante. Faz parte de uma política cambial a qual a indústria está se ajustando.

AL Notícias - Como combater a guerra fiscal?

Glauco - Se a reforma tributária for aprovada, a tendência é acabar com a guerra fiscal entre estados. O que vai mesmo atrair investimentos será então a infraestrutura que o estado tiver a oferecer. E para Santa Catarina é vital ter uma boa infra-estrutura porque não ficamos perto dos grandes centros consumidores e o custo do transporte rodoviário pesa.

AL Notícias - Além de investimentos em infra-estrutura, o senhor tem defendido o pacto federativo?

Glauco - Precisamos de uma melhor distribuição da arrecadação de tributos. Hoje o governo federal fica com todas as taxas e contribuições arrecadadas no Estado. O que se arrecada aqui em Santa Catarina não volta para cá, fica no governo federal, que distribui de acordo com a sua conveniência.

AL Notícias - Como combater a guerra fiscal?

Eduardo Guedes de Oliveira



Segundo Glauco, desempenho do PIB estadual neste ano deve ficar entre 2% e 2,5%

Transformação é o carro-chefe

A força secundária catarinense é puxada especialmente pela indústria de transformação, que responde por 30% do setor. Nela, predominam a produção de manufaturados e semi-manufaturados. Segundo dados da Fiesc, ela representa a quarta do país em quantidade de empresas e a quinta em número de empregados. Mas é o setor de alimentos que mais emprega, seguindo-se pelo de confecção de artigos do vestuário.

O mapa industrial catarinense se ramifica em grandes pólos. No Sul, temos o cerâmico, de carvão e descartáveis plásticos. No Oeste, predomina a indústria alimentar. No Vale do Itajaí, a indústria

têxtil, atualmente enfrentando a forte e desleal concorrência dos produtos importados chineses, que entram em território nacional com preço muito abaixo do que em outros países, como é o caso da Argentina.

No Norte está centrada a força do pólo metalmeccânico e mobiliário. Da região Serrana, vem a força dos produtores do ramo madeireiro. Mesmo com este perfil de concentração regional, muitos municípios ganham destaque investindo em vocações diferenciadas. É o caso das confecções nas regiões Norte e Sul e dos móveis produzidos no Oeste, conforme atesta o estudo “SC em dados”, realizado pela Fiesc.

Divulgação WEG



Produção de manufaturados e semi-manufaturados são destaque



Primeira no ranking nacional dos maiores produtores de milho, Santa Catarina deve ter uma redução de 10% na área plantada em 2007, mas o volume da colheita deve aumentar em 26%

Agricultura amarga prejuízos

Responsável por 13,6% do PIB catarinense, a agricultura catarinense amargou nos últimos três anos prejuízos por conta das situações climáticas adversas

Santa Catarina registrou queda nas safras do milho, grão cuja liderança no ranking nacional é catarinense, e da soja, em razão da estiagem. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a queda chegou a 24,4% e 9,9%, respectivamente, em 2004, dado que integra o estudo "Contas Regionais", que faz um diagnóstico das riquezas produzidas no país.

"A estiagem é um problema que nenhum governo pode administrar", pondera o presidente da Federação de Agricultura de Santa Catarina (Faesc), **José Zefirino Pedroso**, o Zezo Pedrozo.

No entanto, Zezo não poupa o governo federal de críticas, principalmente no que se refere à política do câmbio flutuante, que tem contribuído significativamente com os prejuízos regis-

trados pelo setor, prejudicando diretamente o produtor.

Santa Catarina tem uma lista de produtos agropecuários que a destacam no cenário nacional, onde aparecem o frango, o suíno, o leite, o milho e a soja. "Plantamos há dois anos a safra com o dólar a R\$ 3,00 e fizemos a colheita a R\$ 2,00", ilustra o dirigente, sobre o impacto no bolso do produtor.

Produtor deve plantar menos e colher mais milho em 2007

Líder nacional na produção de milho, Santa Catarina deve plantar menos no ano que vem, se for confirmada a previsão do IBGE na primeira estimativa para 2007. Segundo o Instituto, a área a ser cultivada com milho deve registrar um forte decréscimo em relação à última safra. O plantio deverá se limitar a 705,0 mil hectares, uma redução de 10% em relação aos 784,2 mil hectares semeados na última safra.

A expectativa é que as condições climáticas sejam favoráveis na próxima safra e a produtividade alcance os níveis considerados normais. Pela projeção do IBGE, a produção poderá atingir cerca de 3,6 mil toneladas, ou seja, poderá registrar um avanço de quase 26% em relação ao volume colhido na frustrada safra de 2005/06.

Uma previsão que, se consolidada, deve melhorar a situação do suprimento catarinense. A expectativa, com base nas estimativas para o quadro da oferta/demanda estadual elaborado pela Epagri/Cepa, é de que o déficit de suprimentos para a suinocultura e avicultura possa declinar dos quase dois milhões de toneladas registrados em 2005 e em 2006 para algo próximo de 1,3 milhão em 2007.

Oferta/Demanda de milho em SC - 2004-2007

	mil t			
Discriminação	2004	2005	2006	2007*
I - Consumo	4.438,9	4.707,2	4.774,5	4.906,8
1 - Humano	90,0	90,0	90,0	90,0
2 - Animal	4.235,9	4.514,2	4.616,5	4.748,8
. Suínos	1.849,4	1.982,0	2.130,4	2.195,2
. Aves	2.077,5	2.199,2	2.142,1	2.209,6
. Outros	309,0	333,0	344,0	344,0
3 - Indústrias/outros	63,0	63,0	43,0	43,0
4 - Saídas	50,0	40,0	25,0	25,0
II - Perdas	172,0	90,0	90,0	110,0
III - Necessidade total	4.610,9	4.797,2	4.864,5	5.016,8
IV - Produção (**)	3.300,0	2.870,0	2.950,0	3.700,0
V - Déficit	1.310,9	1.927,2	1.914,5	1.316,8

Fonte: Estimativas da Epagri/Cepa (nov./06).

(*) Projeção

(**) Produção de milho, mais outros produtos substitutos.





Sem uma política que assegure recursos ao produtor, o alimento farto e....



...barato que andou nas mesas dos brasileiros neste ano pode se tornar escasso e caro, ocasionando a inflação

Entrevista – Neivor Canton

“O governo brasileiro não tem pensado na agricultura”

Mergulhada numa crise histórica, a agricultura se sente preterida pelo governo federal. Apesar do desempenho superavitário na balança comercial do país – US\$ 30 bilhões de dólares ao ano -, o setor se ressentido de atenção e atravessa mais uma crise, a pior dos últimos 20 anos. O desabafo é do presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), Neivor Canton, entidade associativista de peso no contexto nacional do agronegócio. Em entrevista ao AL Notícias, Canton faz previsões sombrias para o consumidor brasileiro: alimento farto e barato neste ano – abaixo dos custos de produção – representa escassez e inflação no ano que vem.



AL Notícias - Como o senhor avalia a crise que atravessa a agricultura?

Neivor Canton - Esta crise entra em seu terceiro ano de frustração de safras agrícolas, em grande parte da região produtora de grãos, e vem, portanto com efeito cumulativo. Carrega consigo ainda a generalizada queda do valor das safras, com efeitos danosos para toda a economia. Com a valorização do real diante do dólar, o mercado externo deixa de ser uma fonte rentável, não se constituindo em alternativa para quem, como o Brasil, tem vocação para aumentar sua produção de excedentes, crescentes a cada

ano. Então, perguntamo-nos, o que é correto produzir neste momento?

AL Notícias - Com tantos fatores adversos – estiagem, dólar em baixa, preços, consumo e exportações em queda - qual é a saída?

Canton - Bem, é uma combinação de atitudes que exige intervenção do governo, como quem pensa no setor como importante e vital para a economia brasileira. Esta atitude não existe, portanto não pode ser percebida ainda. Impotente o governo não é. Está de caixa recheado e o socorro pode vir por diversas vias, basta que o queira dar.

AL Notícias - Na sua avaliação, falta dinheiro para financiar a agricultura ou a renegociação das dívidas rurais têm sido muito tímidas?

Canton - Ambas as áreas costumam ser deficitárias, porém, neste momento específico, a primeira preocupação é a equação das dívidas de quem não colheu o suficiente para liquidá-las e vê se aliar à quebra de safra, os preços frustrantes. Do outro lado, um governo inerte e insensível ao quadro. Ao publicar as medidas que se dispõe a tomar, não vai além do que a lei já assegura

há muito tempo.

AL Notícias - Com mercado em baixa e a oferta do alimento excessivamente barato, qual a previsão para o ano que vem? O senhor prevê escassez na mesa do brasileiro?

Canton - Esta é a resposta que o mercado invariavelmente dá.

AL Notícias - O agronegócio tem garantido ao país um superávit de US\$ 30 bilhões na balança comercial. Mesmo assim, o governo parece ignorar as dificuldades do setor. Estão matando a galinha dos ovos de ouro?

Canton - Na prática, historicamente o governo não tem pensado a agricultura estrategicamente. É de plano em plano (anuais) que vem praticando medidas que pensa serem eficazes, fruto da resposta que o setor tem dado ao país, aumentando os volumes produzidos. Mas a agricultura é frágil. Quando investe é sempre acreditando na estabilidade das safras e do mercado, não é por confiar na política governamental, que inexistente. Nós não temos seguro, não temos subsídios e assim por diante. Então, acreditamos na nossa força e no “São Pedro”... Quando estes fatores não se combinam, vem a crise. Até quando?

A força do sistema associativista

O sistema Ocesc é integrado por 257 cooperativas dos setores agropecuário, de consumo, de crédito, de educação, de habitação, infra-estrutura, mineração, saúde, trabalho e transporte. A entidade congrega 672.975 cooperados (associados), o que representa, considerados os familiares, que um terço da população de Santa Catarina está diretamente vinculada ao cooperativismo.

As sociedades cooperativas empregam diretamente 22.100 pessoas.

Juntas, as cooperativas catarinenses de todos os ramos registraram, no ano passado, um faturamento global de R\$ 6,936 bilhões, volume 10,6% superior ao de 2004, de acordo com levantamento da Ocesc. O movimento do setor representa 11% do PIB estadual.

Apesar de positivo, o crescimento foi o menor dos últimos dez anos, levando em consideração que as cooperativas vinham registrando incremento médio anual superior a 20%. O desempenho em baixa revela a extensão da crise da agropecuária e do agronegócio, segmentos hegemônicos do cooperativismo catarinense.

Maiores conglomerados agroindustriais da suinocultura estão em solo catarinense

Eles são responsáveis por 60% dos abates e 70% dos negócios do setor. A atividade envolve diretamente cerca de 500 mil pessoas e gera 150 mil empregos.

No país, está presente em 200 mil propriedades rurais

Santa Catarina detém a maior e a mais desenvolvida suinocultura do país. Com rebanho permanente de 4,5 milhões de cabeças – 16% do rebanho nacional – responde por mais de um terço dos abates totais (7,8 milhões de cabeças) e por 40% dos abates industriais.

Ficam em solo catarinense os cinco maiores conglomerados agroindustriais do país. Eles respondem por 60% dos abates e 70% dos negócios suinícolas. O setor reflete também positivamente na geração de 150 mil empregos. Cerca de 500 mil pessoas dependem diretamente da atividade.

Especialistas explicam que a suinocultura se traduz na prática como uma grande cadeia produtiva do agronegócio brasileiro. Ela está presente em todos os municípios do território nacional e atinge cerca de 200 mil propriedades rurais, desde a unidade microfundária até a grande e tecnologicamente sofisticada.

Para alcançar a eficiência, o setor investiu em capacitação técnica dos criadores. A pesquisa científica garantiu material genético de alta qualidade. A nutrição animal também registrou ganho em qualidade na ração animal, elevando a produtividade. Através da zootecnia, a medicina veterinária e a engenharia, foram implantados criatórios adequados, utilizando técnicas avançadas, máquinas, implementos e equipamentos de manejo para tornar mais racional e produtiva a suinocultura



O aumento do custo de insumos essenciais para a suinocultura, como o milho, cuja saca teve alta de 30%, indica a necessidade de incentivos ao produtor

Projeções são negativas

Dos carros-chefes do setor primário catarinense, o que mais preocupa a Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina (Faesc) é a suinocultura, que dava a Santa Catarina a liderança nacional nas exportações. Com o bloqueio russo à carne catarinense, por conta de focos da febre aftosa, que gerou uma perda de 500 dólares por tonelada exportada, as previsões da entidade são sombrias para o próximo ano.

“Até agora a produção tem se mantido estável devido ao baixo custo dos insumos - do milho e da soja. Como eles começaram a subir, a saca do milho teve alta de até 30%, saltando de R\$ 15,00 para R\$ 20,00. O produtor certamente não vai conseguir sobreviver no próximo ano sem incentivos”, prevê o presidente da Faesc, Zezo Pedrozo.

O presidente da Faesc acredita que as festas de fim de ano,

quando o consumo interno de carne suína mantém-se em alta, prometem ser o último suspiro de bons ventos da suinocultura. “Se as coisas não mudarem, deverá haver desemprego”, acredita Zezo, que defende uma posição política firme do governo de Santa Catarina na luta pela retomada dos mercados externos.

“Fizemos o dever de casa em termos de sanidade animal, mas não temos conseguido tirar proveito desta situação privilegiada. Para se ter idéia, até o Rio Grande do Sul está exportando”, lamenta.

Para reverter o quadro de prejuízos amargados por conta do bloqueio russo, que era o principal mercado catarinense fora do país, Zezo vê apenas uma saída. “Santa Catarina tem que conseguir o reconhecimento internacional de território sanitário livre de vacinação junto à Organização Internacional de

Sanidade Animal, entidade que reúne 160 países e cuja reunião acontece todos os anos, em 25 de maio”, observa.

Da produção de 600 mil suínos mês, 60% era comercializada no mercado externo. “Santa Catarina era o maior exportador de carne suína do país. O reconhecimento internacional é um status que o Estado precisa conseguir se quiser crescer na suinocultura”, sugere o dirigente. Segundo ele, o setor tem se mantido nos últimos meses somente com o mercado interno, onde o preço mantém-se estável graças ao baixo custo dos insumos.

Mais informações:

www.faesc.org.br

www.accs.org.br - Associação Catarinense dos Criadores de Suínos



Solon Soares

Diminui participação do Estado na exportação de carnes

Os focos de aftosa em outros estados e o temor da gripe aviária atingiram em cheio as exportações

Nos primeiros sete meses deste ano, comparados a período semelhante em 2005, Santa Catarina registrou um queda significativa nas exportações de carne suína e bovina, conforme constatou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

No valor total das exportações de carne suína, a participação do Estado, que em 2005 foi de 43,2%, despencou para 32,5% em 2006. Na carne bovina, a participação diminuiu de 0,5% para 0,2%. No total, a queda foi de 20,3% para 16,0%. Só o frango registrou, em valor, um pequeno aumento de participação no total das vendas do país, subindo de 30,3% para 31,0%.

Entre os setores, segundo o

MDIC, a pequena produção e exportação de carne bovina em Santa Catarina conseguiu se recuperar mais rapidamente dos prejuízos comerciais ocasionados pelos focos de aftosa. Nos primeiros sete meses do ano, a carne bovina nacional exportou 0,5% a menos do que no ano passado.

Gripe

Enquanto a suinocultura experimentou um corte abrupto nas exportações devido ao embargo de alguns países, a carne de frango enfrentou variação negativa de 11,7% nas toneladas comercializadas no acumulado até julho deste ano em comparação com 2005, efeito direto da gripe aviária que atingiu alguns países.

Na lista catarinense de países importadores, o Japão continuou sendo o maior consumidor, apesar da redução nas compras do frango – de 25% para 22%. A Holanda manteve-se em segundo maior comprador, aumentando sua participação de 13% para 15%.

Os estragos na balança começaram a ser registrados já no primeiro trimestre, quando o desempenho foi US\$ 240 milhões; o segundo trimestre registrou o menor valor: US\$ 218 milhões, concomitante com o agravamento da gripe aviária no cenário mundial; no terceiro, sinalizando uma recuperação, o valor foi de US\$ 227 milhões.

Em 2005, 117 países abasteciam seus mercados com o frango

catarinense; no primeiro trimestre deste ano, eram 108, caindo para 99 no segundo trimestre. O número de compradores voltou a 108, mas, até setembro, a lista registrava a ausência de nove tradicionais clientes dos produtos do Estado.



Embora pouco significativa na balança das exportações, venda de carne bovina começou a se recuperar

Exportações catarinenses de carnes – 2005 - 2006					
Carne	2005	2005(*)	2006 (*)	Diferença	Variação (%)
Volume (mil toneladas)					
Suína	282,6	163,0	94,2	-68,8	-42,2
Frango	792,8	453,6	400,4	-53,2	-11,7
Bovina	9,7	5,6	2,4	-3,2	-57,1
Valor (US\$ milhões)					
Suína	504,7	300,0	159,4	-140,6	44,1
Frango	1.063,0	566,9	517,6	-49,3	-8,6
Bovina	16,6	9,1	3,8	-5,3	-58,2
Total	1584,3	876,0	680,8	-195,2	-22,3
Preço (US\$/KG)					
Suína	1,79	1,84	1,69	-0,15	-8,1
Frango	1,34	1,25	1,29	0,04	3,2
Bovina	1,71	1,63	1,58	-0,04	-3,1
(*) até julho					
Fonte: MDIC/Secex					



Exportações de frango caíram de 453 mil toneladas em 2005 para 400 mil toneladas neste ano

Aumento na produção de leite é o maior do país

Entre os seis maiores produtores de leite do Brasil, Santa Catarina é o Estado que, de 2004 para 2005, apresentou a maior taxa de crescimento, 19,7%, um pouco acima de Goiás (19,1%) e do Rio Grande do Sul (19%), segundo o IBGE. Um resultado que repete o bom desempenho verificado no período de 2003 para 2004, quando o crescimento catarinense foi de 10,4%, o de Minas Gerais de 10,3%, o do Rio Grande do Sul de 8% e o nacional, de 6,4%.

Para esta pesquisa, o IBGE considera apenas a produção industrializada no estado. Assim, os estados com indústrias que vendem leite apenas resfriado para outras unidades da Federação acabam tendo registrada uma quantidade de leite inferior à realmente comercializada pelos seus produtores.

Para os estados com indústrias que compram leite resfriado, a situação é inversa: registram uma quantidade de leite superior à comercializada pelos produtores do estado; às

vezes até superior a toda a produção estadual.

Superior

Santa Catarina se encaixa no primeiro caso. É certo que a produção recebida pelas indústrias e postos de resfriamento é muito superior aos 817,053 milhões de litros apontados pela pesquisa. Segundo informações levantadas pelo Instituto Mapa, em junho do ano passado, mês de baixa produção, as indústrias e postos de resfriamento receberam 2,5 milhões de litros/dia com inspeção federal. Acrescentando-se a isto a produção das indústrias com inspeção estadual e municipal, a média diária catarinense supera com folga os três milhões de litros/dia. Muito acima dos 2,239 milhões de litros/dia indicados pela pesquisa do IBGE.

No âmbito nacional, a produção recebida pelas indústrias em 2005 foi de 16,215 bilhões de litros, superior em 11,9% e em 19% aos volumes registrados em 2004 e 2003, respectivamente.





Cultivo de moluscos garante liderança no cenário nacional

Iniciativa nasceu há 10 anos de parceria entre UFSC e Epagri como alternativa à pesca artesanal

Eduardo Guedes de Oliveira



Produção de moluscos no Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, onde foram implantadas as primeiras experiências

Eduardo Guedes de Oliveira

Problemas ambientais prejudicam a atividade

As projeções de crescimento da produção de moluscos para a safra 2006-2007 chegam a 20%. Na comparação de 2005 com 2004, a atividade registrou retração de 22,7%, passando das cerca de 2,5 mil toneladas de 2004 para 1,9 mil toneladas. O desempenho, conforme **Francisco Neto**, reflete as questões ambientais desfavoráveis. "A água esteve muito quente, e a atividade exige águas mais frias. Infelizmente, não possuímos os melhores locais, levando em consideração o ecossistema: a profundidade é baixa e há pouca circulação. Com o aquecimento da água no verão, foi registrada grande mortalidade das sementes", explica.

Outra consequência das questões ambientais é a demora na liberação de licenças pelo Instituto Brasileiro do Meio Am-

biente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). "Estamos trabalhando sem licença desde o ano passado, tendo que recorrer a coletores artificiais, que exigem investimento; a última licença saiu em maio do ano passado", diz Adriano José dos Santos, que integra a diretoria da Associação de Maricultores do Sul da Ilha, em Florianópolis. Cultivar mexilhões e ostras sem a licença configura crime ambiental inafiançável. "A multa é de R\$ 10 mil, mais R\$ 7,00 sobre cada quilo retirado", conta Adriano.

No entanto, os investimentos na estrutura de coleta de sementes e na mecanização da produção, acredita Francisco, vão solucionar os problemas. Além disso, conta ele, está em elaboração o Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura. "Será um mapa para identificar onde será possível desenvolver a atividade, levando em consideração as questões ambientais, legais, entre outros aspectos. Os parques somente serão instalados após audiência pública", adianta o técnico da Epagri.



A maricultura tem se revelado uma atividade econômica mais que promissora. São 850 maricultores no Estado, dos quais 170 se dedicam exclusivamente ao cultivo da ostra – ostreicultores –, distribuídos em dez municípios da faixa litorânea entre Palhoça e São Francisco do Sul. Os demais são pescadores artesanais que trocaram a atividade herdada dos antepassados pela cultura de mexilhões.

O Estado lidera o ranking nacional da produção de mexilhões e produz 90% das ostras comercializadas. Os números positivos contabilizados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) resultam de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Enquanto esta fornece as sementes para as ostras e outros moluscos, através do Laboratório de Cultivo de Moluscos Marinhos, a Epagri oferece o amparo técnico e de mercado. "Também Univali e

Univille são parceiras. Isto justifica porque Santa Catarina deslancha na maricultura, enquanto outros estados não conseguem porque trabalham em iniciativas isoladas", explica Francisco Manoel de Oliveira Neto, do Centro de Desenvolvimento de Maricultura e Pesca da Epagri.

A produção de mexilhões está concentrada na Grande Florianópolis, mais especificamente na Baía Sul (Ribeirão da Ilha e Tapera), mas também alcança municípios como Porto Belo, Bombinhas, São Francisco do Sul, Balneário Camboriú, Garopaba, Biguaçu, entre outros. Florianópolis e Palhoça respondem por 85% da produção estadual de ostras. "As condições adequadas da costa, a qualidade da água, com suas baías e enseadas, tornam a região propícia para a maricultura", explica Francisco Neto. A produção de mexilhões em 2005 foi de 12 mil toneladas, um crescimento da ordem de 24,8% em comparação a 2004.

De pescador a fazendeiro

Nativo do Ribeirão da Ilha, Adriano José dos Santos é um empresário bem sucedido. Membro da diretoria da Associação de Maricultores do Sul da Ilha, dono do restaurante Nacasca e da fazenda marinha Nacasca Moluscos Marinhos, Adriano vivenciou a falência da pesca artesanal e, por isso, há cerca de 11 anos mergulhou literalmente na maricultura.

"Foi a alternativa mais viável que encontrei na época. Uma maneira de continuar trabalhando aqui", lembra o empresário, que para próxima safra de ostras "plantou" 600 mil sementes nos berçários. "Cerca

de 450 mil devem vingar", diz Adriano. Com a expectativa de melhores condições climáticas e de melhores sementes, ele espera um aumento de 20% a 30% na colheita. "Vendo a dúzia da ostra média a R\$ 4,00 e da grande a R\$ 5,00. No restaurante, um prato chega até a R\$ 14,00 a dúzia", observa.

Para conseguir desovar a produção no mercado nacional, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, ele aposta no sucesso da CooperIlha, cooperativa em formação destinada a promover a certificação dos moluscos do Estado. "Será a válvula de escape para escoar a produção."

Eduardo Guedes de Oliveira



Adriano foi um dos pioneiros